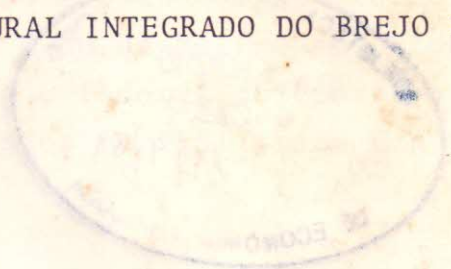



AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA PEQUENA EMPRESA NÃO AGRÍCOLA DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO BREJO PARAIBANO



MARCO ANTONIO GONDIM PETRUCCI

A 19033
C384569
BT 000003351

UFC/BU/BÉA 02/03/1998



R729000 Avaliação socio-economica da
C384569 pequena em
T330 P595a

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL, COMO REQUISITO
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, declaro que este trabalho é de minha autoria e que não contém plágio de qualquer natureza.

Assinatura: Pedro Augusto de Almeida

Assinatura: José Carlos de Almeida

Assinatura: Maria Antônia de Almeida

Assinatura: João Carlos de Almeida

À minha esposa e aos meus filhos,
ã memória de meu pai e ã minha mãe,
aos meus irmãos, parentes e amigos,
DEDICO este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, o autor expressa os mais sinceros agradecimentos às pessoas e instituições que contribuíram direta ou indiretamente para a sua realização e, em especial;

Ao professor Pedro Sisnando Leite pela dedicada orientação e amizade;

Aos professores José Valdeci Biserra, Roberto Cláudio de Almeida Carvalho, Roberto de Azevedo, José Aluísio Pereira, Roberto Cláudio Frota Bezerra, Ahmad Saeed Khan, Ruben Dário Mayorga e Irlés de Oliveira Mayorga, pelos ensinamentos, sugestões e críticas construtivas;

Aos colegas de Curso, especialmente Valderi Vieira da Silva, Antônio Ítalo Gonçalves Vieira e Pedro Luiz Pires de Amorim, pelas discussões produtivas e companheirismo demonstrado;

À Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Paraíba - CEPA/PB, principalmente nas pessoas dos Drs. Francisco de Assis Perazzo e Humberto Batista do Rêgo, e à Universidade Federal da Paraíba, através do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, pela oportunidade concedida e o total apoio indispensável à realização deste trabalho;

Ao Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa da Paraíba - CEAG/PB, principalmente a equipe do Escritório Regional do Município de Areia, pelo apoio e atenção dispensadas quando da realização da pesquisa de campo;

Aos demais órgãos executores do segmento avaliado no presente trabalho, pela presteza e atenção no fornecimento das informações pertinentes;

À Universidade Federal do Ceará, ao Centro de Ciências Agrárias, ao Departamento de Economia Agrícola e à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, pelo curso ministrado;

Aos funcionários do Departamento de Economia Agrícola, pela agradável convivência.

SUMÁRIO



Página

LISTA DE TABELAS	viii
LISTAS DE FIGURAS	xi
TABELAS DOS APÊNDICES	xii
1 - <u>INTRODUÇÃO</u>	1
1.1 - <u>Considerações Gerais</u>	1
1.2 - <u>A Experiência Paraibana</u>	4
1.3 - <u>O Problema</u>	6
1.4 - <u>Objetivos</u>	9
2 - <u>MATERIAL E MÉTODOS</u>	11
2.1 - <u>Material</u>	11
2.1.1 - <u>Área de Estudo</u>	11
2.1.2 - <u>Os Dados</u>	14
2.2 - <u>Metodologia</u>	15
2.2.1 - <u>Algumas Considerações</u>	15
2.2.2 - <u>Plano Amostral</u>	16
2.2.3 - <u>Análise dos Dados</u>	19
2.2.4 - <u>Medidas de Relação ou Eficiência</u>	24
3 - <u>RESULTADOS E DISCUSSÃO</u>	26
3.1 - <u>As Pequenas Empresas Assistidas</u>	26
3.1.1 - <u>Características dos Empresários</u>	26
3.1.2 - <u>Características Gerais das Empresas</u>	31
3.1.3 - <u>As Receitas e a Situação Patrimonial</u>	36
3.1.4 - <u>O Emprego e Suas Características Principais</u> ..	41
3.1.5 - <u>Alguns Aspectos das Intervenções dos Instrumentos.</u>	45
3.2 - <u>Análise dos Indicadores</u>	54
3.3 - <u>Análise dos Instrumentos de Apoio</u>	58
3.3.1 - <u>Assistência Técnica</u>	59

	Página
3.3.2 - Crédito	60
3.3.3 - Treinamento da Mão-de-Obra	63
3.3.4 - Pesquisa e Demonstração Tecnológica	65
3.4 - <u>As Metas Previstas e Alcançadas</u>	66
4 - <u>CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES</u>	69
4.1 - <u>Conclusões</u>	69
4.2 - <u>Limitações</u>	70
4.3 - <u>Sugestões para Pesquisa Posteriores</u>	72
5 - <u>RESUMO</u>	73
6 - <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	79
<u>APÊNDICES</u>	79
APÊNDICE A - Subemprego no Nordeste segundo ocupação e taxa de crescimento médio anual da po- pulação e empregos na indústria	80
APÊNDICE B - Síntese da Programação Básica do Subpro- jeto Pequenas Empresas Não Agrícolas ...	83
APÊNDICE C - Questionário da Pesquisa	88
APÊNDICE D - Fatores de Conversão	94
APÊNDICE E - Glossário de Abreviaturas	96
APÊNDICE F - Composição da Situação Patrimonial	98

LISTA DE TABELAS

Tabela		Página
1	Comportamento populacional da área do projeto com relação a outros centros - Período: 1960-70 e 1970-80	13
2	Número de propostas de crédito elaboradas para as pequenas empresas por município, segundo o setor de atividade, com repetição. Período: março/78 a julho/82	17
3	Total de propostas elaboradas para as pequenas empresas efetivamente financiadas, sem repetição. Período: 1978 a setembro/82	18
4	Número de Unidades pesquisadas nos municípios selecionados, segundo o setor de atividade	20
5	Distribuição das Pequenas Empresas no universo e na amostra, por setor e ramo de atividade	21
6	Características dos empresários das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - out. de 1982	27
7	Características das Pequenas Empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - outubro 1982	32
8	Utilização atual da capacidade instalada das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - outubro 1982	34

9	Identificação de alguns problemas nas Pequenas Empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano em outubro 1982	35
10	Receitas, custo e situação patrimonial das Pequenas Empresas pesquisadas e efetivamente assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores e principais ramos de atividade	38
11	Variação percentual das receitas, custo total e situação patrimonial das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores e principais ramos de atividade, entre os períodos considerados (t_0 e t_1)	39
12	Pessoas ocupadas nas pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores e principais ramos de atividade	42
13	Idade do pessoal ocupado, segundo o setor de atividade, nas Pequenas Empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - outubro 1982	46
14	Incidência dos instrumentos de apoio às Pequenas Empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores de atividade	47
15	Distribuição anual da primeira assistência às Pequenas Empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores de atividade. Período: 1977 - 1981	48

Tabela

Página

16	Empréstimos concedidos às Pequenas Empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo as fontes e setores de atividades, Período: 1977 a outubro de 1982	50
17	Finalidade dos empréstimos concedidos às pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo a fonte e setores de atividade. Período: 1977 a outubro de 1982 ..	52
18	Situação do atraso de parcelas de reembolso dos empréstimos concedidos aos pequenos empresários assistidos pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo a fonte e setores de atividade. Período: 1977 a outubro de 1982	53
19	Indicadores considerados para as pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano	56
20	Comparação entre as metas físicas do Subprojeto e dos planos operativos anuais, com as realizações. Período: outubro/77 a junho/82..	67

LISTA DE FIGURAS

Figura		Página
1	Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano: Composição do Projeto ...	5
2	Subprojeto Pequenas Empresas Não Agrícolas..	7
3	Área do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano	12

TABELAS DOS APÊNDICES

Tabela		Página
A1	Nordeste: Subemprego, segundo a posição na ocupação por setor de atividade - 1972	81
A2	Taxa de crescimento médio anual da população urbana e dos empregos na indústria, nas várias regiões e no total do país, de 1960 a 1976	82
D1	Índice Geral de Preços - Conceito de Disponibilidade Interna - Fatores de Conversão: 1977 - 1982	95
F1	Composição média do patrimônio das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, nos períodos considerados, segundo os setores de atividade e para o total ...	99

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Considerações Gerais

Atualmente, uma das grandes preocupações dos países subdesenvolvidos é reduzir a persistência da pobreza, através de melhor distribuição de renda e redução das disparidades entre as cidades e o campo.

As estratégias de desenvolvimento industrial e de modernização da agricultura tiveram e ainda têm suas participações efetivas no processo de desenvolvimento econômico. No entanto, a magnitude e complexidade dos problemas, estruturais e/ou conjunturais, incorporados à busca de eficiência, faz com que essas participações segmentadas acarretem a manutenção e agravamento de desequilíbrios no processo, com um setor moderno próspero que se distancia cada vez mais de um setor tradicional, com tendência de estagnação.

Há cerca de vinte e cinco anos, na elaboração do Plano Regional de Lakhish, em Israel, surgiu um novo enfoque, na busca de um processo de desenvolvimento equilibrado, com tecnologias compatíveis com a dotação de recursos e tendo o homem como destinatário principal desse processo⁽²⁸⁾.

Esta nova concepção, experimentada parcialmente em várias partes do mundo, toma por base a necessidade da interiorização do processo de desenvolvimento, uma vez que a concentração das atividades não-agrícolas nos grandes centros urbanos não tem sido capaz de absorver o fluxo de mão-de-obra provenientes do setor rural. Enquanto isto, sabe-se que as pequenas cidades e zonas rurais são potencialmente viáveis na criação de oportunidades de ocupação do pessoal local, com re

duzido custo médio por emprego. Segundo FUENZALIDA,⁽⁰⁹⁾ "É tão grande o tamanho da população que migrará nos próximos anos para umas poucas cidades já inchadas - sobretudo se a agricultura experimentasse espetacular prosperidade - que, em face à tradicionalmente baixa taxa urbana de absorção de mão-de-obra, seguramente crescerá o exército de marginalizados".

O processo de busca de ocupação e melhores condições de vida, através de fluxos migratórios indiscriminados para os grandes centros urbanos, passou de uma solução alternativa a um problema de patologia social urbana, devido a gradativa incapacidade de absorção deste contingente. TODARO⁽²⁵⁾, ao analisar a geração de emprego urbano conclui "... a criação de mais empregos urbanos sem tentativas simultâneas de melhorar as rendas rurais e as oportunidades de emprego, pode levar à situação paradoxal em que mais empregos urbanos levam a níveis mais altos de desemprego urbano e rural".

No Nordeste, em 1972, com relação a importância da força de trabalho familiar sem remuneração, conforme a Tabela A1 do Apêndice "A", do total da força de trabalho ocupada no setor agrícola, 33,8% aproximadamente, eram trabalhadores familiares sem remuneração, enquanto que no setor não agrícola, esta participação fica reduzida acerca de 4,1%. No entanto, para o pessoal empregado, este comportamento foi inverso, evidenciando a importância da mão-de-obra familiar no subemprego do setor agrícola.

Nos últimos anos tornou-se explícito os elevados custos econômicos e sociais da acelerada urbanização. No período de 1960-1970, conforme a Tabela A2 do Apêndice "A", observa-se a insuficiência na criação de oportunidades de ocupação, através da taxa média anual de crescimento das oportunidades de emprego na indústria nordestina, a qual foi 22% menor que a taxa de crescimento da população regional e foi 44,3% da taxa anual do crescimento da população urbana⁽⁰²⁾.

Em 1979, o setor rural do Nordeste participava com

aproximadamente 25% na renda regional, mas absorvia quase dois terços da força de trabalho, evidenciando assim a baixa produtividade do setor e incapacidade de melhoria dos níveis de renda, se mantidas as funções de produção⁽²¹⁾.

Adicionalmente, faltam as condições satisfatórias de vida no interior, que induzem a emigração e dificultam a interiorização de necessários serviços, e agentes de desenvolvimento⁽²⁷⁾.

Conseqüentemente, o desenvolvimento econômico torna-se uma pretensão frustrada se mantidos os níveis acentuados de marginalização de boa parte da população do processo de desenvolvimento econômico-social. O ingresso dessa parcela marginalizada da população na vida econômica do país poderia transformar, gradativamente, o mercado potencial em demanda efetiva, com todos os efeitos propulsores conseqüentes.

O enfoque do Desenvolvimento Rural Integrado é uma estratégia concebida para solucionar tais problemas através de modelos que buscam a elevação dos níveis de renda da população do interior, mediante a dinamização de atividades acessórias ou complementares da agricultura, na própria zona rural⁽¹⁶⁾.

Foi considerando esses aspectos e visando à adoção da estratégia do Desenvolvimento Rural Integrado que, na área do Brejo Paraibano, foi implementado em 1977 o primeiro Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do POLONORDESTE^{1/}, em que contemplava entre seus diversos segmentos, as "Pequenas Empresas Não Agrícolas", com a finalidade de aumentar a renda e o emprego da mencionada sub-região.

^{1/} Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - criado em 30/10/74 pelo Decreto Nº 74.794, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários.

Dessa forma, o presente estudo tem por finalidade analisar e avaliar esta experiência pioneira de desenvolvimento rural, a qual tem servido de modelo para outros Projetos do POLONORDESTE e para outros países. Ao mesmo tempo, considera a proposta de avaliação elaborada pelo Banco Mundial em 1978⁽⁰⁷⁾, destinada ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano, a qual, entre várias abordagens, propõe estudo específico, compatível com os objetivos deste trabalho.

1.2 - A Experiência Paraibana

Em setembro de 1977, teve início a implementação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano (Figura 1), com recursos previstos no Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE e do Banco Mundial. Seu custo foi estimado a preços de 1977, em Cr\$ 679 milhões para o período 1978/83⁽⁰⁵⁾. Sua programação ficou sob a responsabilidade da CEPA/PB e a coordenação e acompanhamento da execução a cargo da Unidade de Coordenação Técnica do POLONORDESTE, atualmente, uma das áreas integrantes da estrutura técnico-administrativa da CEPA/PB.

É no citado Projeto que está inserida a experiência pioneira da Paraíba em criar oportunidade de emprego não agrícola nas próprias "zonas rurais", mediante efetiva utilização da Pequena Empresa não Agrícola - através do Subprojeto Pequenas Empresas não Agrícolas - PENA, como instrumento de apoio ao Desenvolvimento Rural Integrado.

As dificuldades enfrentadas por esse segmento de empresas, consiste na marginalização do crédito, assistência técnica e capacitação de mão-de-obra⁽⁰⁷⁾. A finalidade precípua do Subprojeto é buscar atenuar as citadas dificuldades, dando prioridade às pequenas empresas que apresentam a

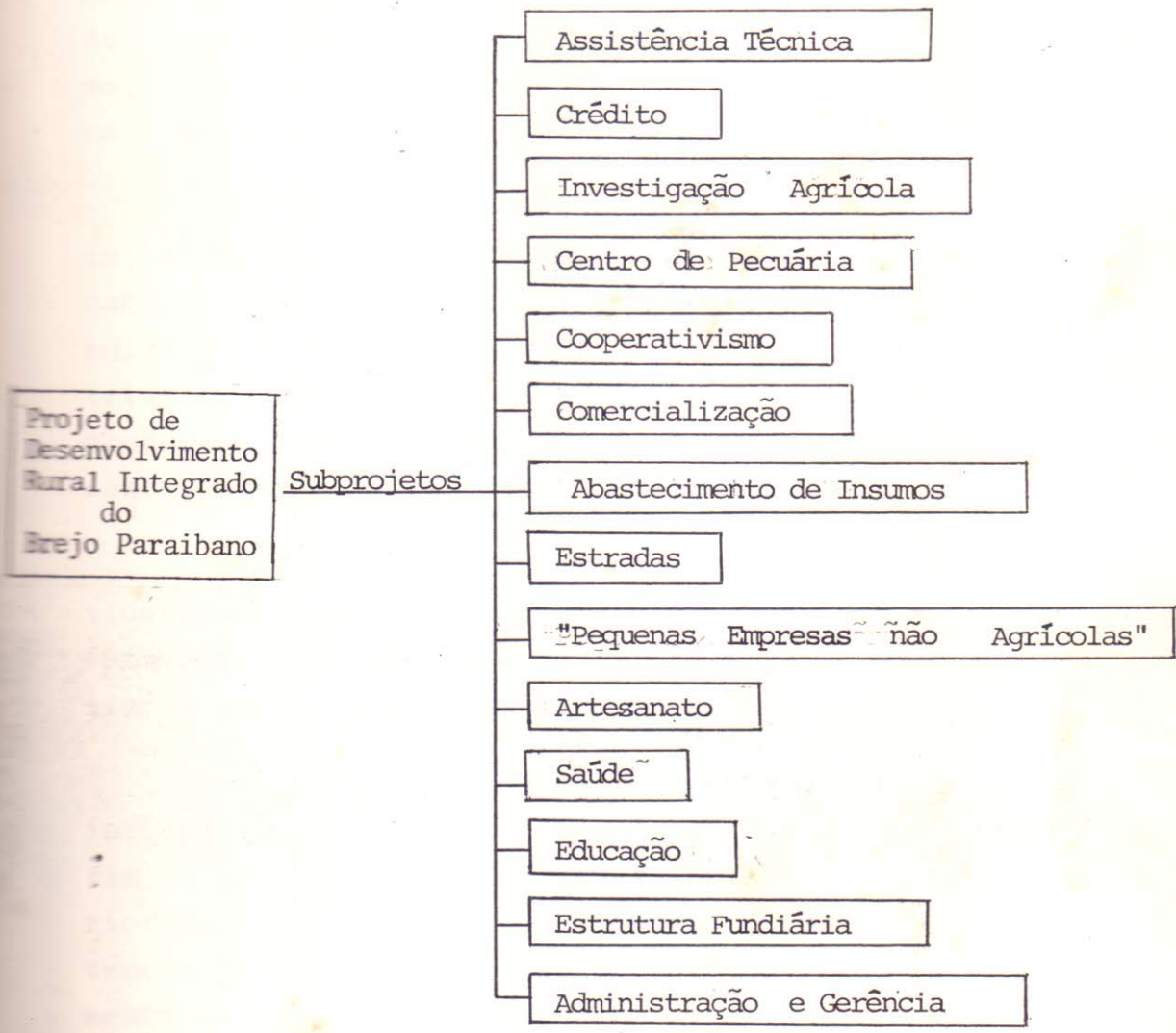


FIGURA I - Composição do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraíba

máxima integração com as atividades rurais, ou seja, que utilizem matérias-primas locais, tecnologias simples de processamento, produtos de demanda estável ou com elevada elasticidade de renda para grupos de baixo poder aquisitivo. Além disso, considera também, artesanato, sistema de produção doméstico e atividades de apoio às demais atividades não agrícolas.

A intervenção do Subprojeto consiste especificamente em: assistência técnica empresarial, crédito orientado, treinamento profissionalizante da mão-de-obra e demonstração e divulgação de tecnologias simples, acessíveis às pequenas indústrias de processamento de alimentos e a nível de unidades de produção agrícola, visando reduzir os desperdícios nos excedentes e na própria subsistência (Figura 2) ^{2/}

As características básicas das Pequenas Empresas consideradas são aquelas em que o empresário deve participar diretamente do processo produtivo, utilizar mão-de-obra familiar e empregar aproximadamente até 10 pessoas.

Outrossim, uma das recomendações básicas consiste na indispensável interação com alguns dos demais subprojetos, a fim de melhor identificação das necessidades e dos beneficiários na área, podendo-se evidenciar, principalmente, a Assistência Técnica e Extensão Rural, Comercialização, Abastecimento de Insumos e Artesanato.

1.3 - O Problema

O Subprojeto Pequenas Empresas não Agrícolas, componente do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano, após quatro anos de efetiva implementação, não conta com instrumentos de análise que permitam o conhecimento de sua "performance".

^{2/} Maiores detalhes sobre a síntese da programação básica, ver Apêndice "B" ou o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano (05).

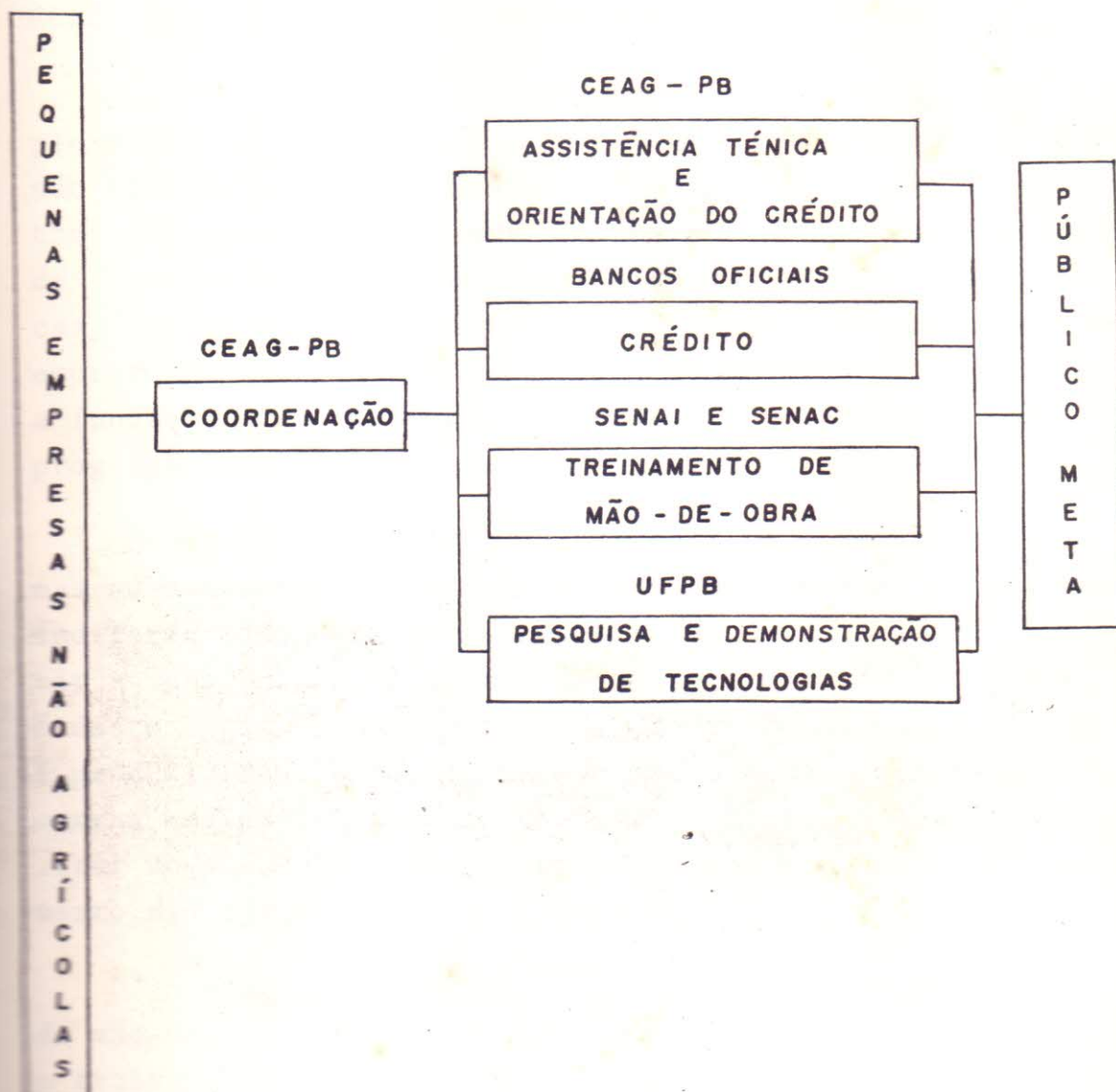


FIGURA 2 - ESTRUTURA OPERACIONAL DO SUBPROJETO - PEQUENAS EMPRESAS NÃO AGRÍCOLAS.

Apesar do respaldo teórico que o viabiliza como importante instrumento de apoio ao Desenvolvimento Rural Integrado, apenas uma modesta avaliação foi efetivada, correspondendo ao primeiro ano de atividade, 1978/79⁽¹⁹⁾.

Reconhece-se, no entanto, que a racionalidade da complexa programação inicial, juntamente com a citada avaliação, não são suficientes para que se possa identificar, entre outros aspectos, como os beneficiários em seus ramos de atividade respondem à programação, ou seja, seleção, características, níveis de renda, produtividade de mão-de-obra e custo do emprego gerado. Outrossim, estes conhecimentos propiciariam a fundamentação necessária a possíveis retroalimentações da programação inicial.

GUIMARÃES NETO⁽¹¹⁾, evidencia que em muitos programas em execução de promoção da Pequena Empresa, o tratamento indiferenciado para os diversos ramos de atividades, faz reduzir a repercussão em termos dos objetivos básicos, uma vez que é desconhecida a potencialidade de determinados ramos quanto à produtividade e capacidade de associação. E, propõe entre outras medidas, avaliação das experiências, a fim de possibilitar novas ações voltadas para o pequeno e médio estabelecimento não agrícola.

Segundo SHUMACHER⁽²²⁾, na opção política de absorção da mão-de-obra, encontra-se associada à fundamentação de que o trabalho produtivo requer algum capital, seja sob forma de equipamentos e/ou capital de giro, havendo necessidade do conhecimento de quanto a sociedade pode dispor para estabelecer um novo emprego.

Uma das razões para o fracasso de muitos programas sócio-econômicos implantados no Nordeste é a ausência de meios precisos para análise, bem como, a realização de pesquisas que permitam avaliar as consequências das estratégias adotadas. Segundo LEITE⁽¹⁶⁾, os objetivos da estratégia do

Desenvolvimento Rural Integrado devem ser alcançados, em parte, pela integração dos setores econômicos - agricultura, indústria e serviços nas próprias zonas rurais, julgando indispensável a adoção de um sistema eficiente de acompanhamento, avaliação e adaptação dos projetos em execução.

De acordo com LEME⁽¹⁸⁾, a microempresa carece de informações de caráter científico; os trabalhos e estudos existentes não delimitam seu universo, ficando a necessidade de pesquisas no início e no desenvolvimento dos programas, bem como a criação de um consenso conceitual.

O Programa de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE, apesar dos esforços despendidos, ainda não conseguiu adotar um sistema de avaliação compatível com as reais necessidades de seus Projetos, valendo salientar a existência de algumas propostas e realizações isoladas.

Em virtude do desconhecimento da existência no Brasil de estudos sobre efetivas experiências de atuação em Pequenas Empresas não Agrícolas, como instrumento de apoio ao Desenvolvimento rural Integrado, considera-se de muita valia esta primeira aproximação que se pretende realizar como objetivo do presente estudo.

1.4 - Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é a avaliação sócio-econômica da atuação em pequenas empresas não agrícolas como instrumento de apoio ao Desenvolvimento Rural Integrado, no PDRI - Brejo Paraibano.

Especificamente, pretende-se:

(a) Caracterizar as Pequenas Empresas, bem como seus proprietários efetivamente assistidos e financiados pelo Projeto;

(b) identificar e analisar os resultados alcançados segundo os ramos de atividade, em termos de respostas nos níveis de renda e emprego;

(c) dimensionar o nível de atingimento das metas previstas;

(d) analisar a estratégia de ação dos instrumentos utilizados quanto à compatibilidade com os objetivos propostos na Programação Básica.

2 - MATERIAL E MÉTODO

2.1 - Material

2.1.1 - Área do Estudo

A área do estudo é a do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano; composto de 14 municípios, sendo que 9 compõem a Microrregião Homogênea - Brejo Paraibano e 5 fazem parte da Microrregião Homogênea - Agreste da Borborema, ou sejam:

Microrregião Homogênea - Brejo Paraibano: Alagoa Nova, Arara, Areia, Bananeiras, Borborema, Pilões, Pirpirituba, S.S. de Lagoa de Roça e Serraria.

Microrregião Homogênea - Agreste da Borborema: Areal, Esperança, Lagoa Seca, Montadas e Puxinanã (Figura 3).

Esses 14 municípios ocupam uma área de aproximadamente 1.581 km², ou 2,8% da área total do Estado e era ocupada por uma população que, em 1970, representava 7,8% da população estadual com 186.688 habitantes, evidenciando uma densidade demográfica de 113 hab/km², equivalente a 281% da média estadual e 539% da média nordestina, CEPA/PB⁽⁰⁵⁾. Contudo, em 1980, esta população foi reduzida a 184.689 habitantes, e sua participação na população estadual passou a ser de 6,7%.

Caracteriza-se por intensiva atividade migratória, tendo no decênio 1970-80 crescimento populacional negativo, ao ponto de ser considerada hoje, como área de expulsão de migrantes (Tabela 1).

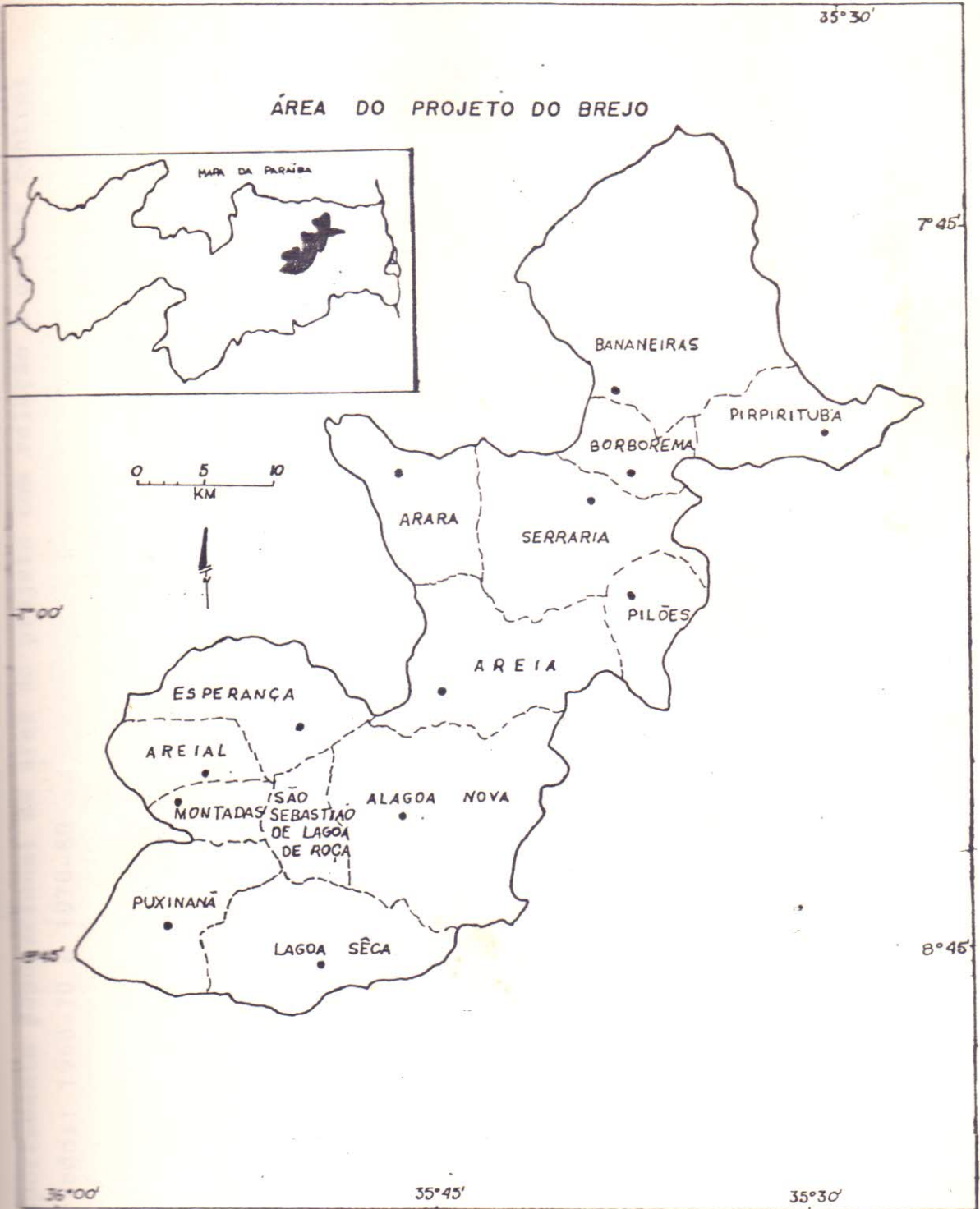


FIGURA 3 - Área do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano.

TABELA 1 - Comportamento populacional da área do projeto com relação a outros centros
Períodos: 1960-70 e 1970-80

Região	Taxa Média Anual de Crescimento					
	Pop. Total		Pop. Urbana		Pop. Rural	
	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80
Área Projeto	0,1	-0,1	1,1	3,3	-0,2	-1,3
Guarabira	3,5	2,0	3,9	3,4	2,7	-1,7
C. Grande	5,5	2,6	5,5	3,4	4,8	-3,5
João Pessoa	3,9	4,0	3,7	4,6	2,6	-8,9
Paraíba	2,0	1,4	3,5	3,9	0,5	-0,4
Pernambuco	2,2	1,8	4,2	3,0	0,3	0,1
Nordeste	2,3	2,2	4,4	4,1	1,0	0,5

FONTE: F. IBGE - Censos Demográficos: 1960, 1970 e 1980

Sua estrutura fundiária apresenta uma forte concentração de pequenos estabelecimentos, que em 1972, representavam 73,2% do número total dos estabelecimentos, ocupando uma área aproximada de 1,8%⁽⁰⁵⁾.

Com altitude em torno de 600 metros, o Brejo Paraiba no situa-se em uma área de elevada umidade relativa e com relevo irregular, que cóloca restrições ao aproveitamento agrícola. Contudo, as lavouras participam com mais de 80% da produção primária, com maior importância para as culturas da cana-de-açúcar, sisal, mandioca, banana, batata-inglesa e outras de menor importância.

As atividades não-agrícolas caracterizavam-se por um complexo de unidades dispersas, com predominância de agroindústrias rurais de produção inconstante. Os dados estatísticos não retratam boa parte das pequenas empresas existentes devido a sua inexistência legal. No entanto, são as pequenas empresas comerciais e industriais do gênero "produtos alimentares" que assumem maior importância e na maioria são pequenas mercearias e unidades de beneficiamento ou fabriquetas estacionárias (padarias, casas de farinha etc.).

A implantação de novas unidades e/ou dinamização das existentes foi considerado viável, em virtude da grande quantidade de produtos industrializáveis e da demanda potencial existente.

2.1.2 - Os Dados

O presente estudo utilizou basicamente dados coletados através de questionários aplicados às unidades amostrais das empresas efetivamente assistidas. Essas informações identificaram o impacto da atuação do Projeto, segundo os setores de atividades, principalmente quanto aos aspectos de renda e emprego.

Complementarmente, foram captadas outras informações junto aos órgãos executores, com vistas às necessidades de análise para a consecução dos objetivos propostos.

O período estudado está compreendido entre março/78 a julho/82.

2.2 - Metodologia

2.2.1 - Considerações Gerais

A pesquisa às pequenas empresas, considerou como situação "ex-ante" ou " t_0 " o momento da efetiva primeira assistência com o crédito orientado e "ex-post" o momento da pesquisa ou seja " t_1 ", correspondendo a outubro de 1982. Para possibilitar na análise comparativa identificar o impacto do Subprojeto, os valores de " t_0 " foram corrigidos para o período " t_1 ", utilizando-se fatores de correção, com dados básicos da coluna 2 dos Índices econômicos da Fundação Getúlio Vargas, conforme a Tabela D1 do Apêndice "D".

A proposta de BUVINICH⁽⁰⁴⁾, sugere a utilização da análise comparativa acima, tendo em vista as dificuldades de efetuar comparações entre as pequenas empresas assistidas e não-assistidas, em decorrência da limitação das informações existentes.

Para análise do impacto do Projeto, alguns indicadores de renda e emprego das pequenas empresas pesquisadas foram considerados, por setores e ramos de atividade.

Deste modo, foi dado o seguinte tratamento nos indicadores:

$$\Delta I = I_1 - I_0$$

onde:

ΔI - Impacto do projeto;

I_1 - representa o conjunto de indicadores do período t_1 , ou seja, no momento da pesquisa (outubro/82);

I_0 - representa o conjunto de indicadores do período t_0 , ou seja, no momento da primeira assistência.

Apesar de reconhecida a importância dos efeitos secundários ou indiretos, este aspecto foge aos objetivos do presente trabalho, os quais implicariam em maior amplitude de análise, cuja abrangência incorporaria os aspectos de mudança total, conforme menciona DEBOEK⁽⁰⁷⁾ em seu trabalho. No entanto, dentro das informações disponíveis, alguns comentários foram desenvolvidos a respeito.

2.2.2 - Plano Amostral

O universo da pesquisa compreende as 263 pequenas empresas efetivamente assistidas pelo Projeto, através do CEAG/PB. Conforme a Tabela 2 e 3, estas pequenas empresas estão distribuídas nos setores de atividades industriais, comerciais e de serviços na área de atuação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano.

No cálculo do tamanho da amostra, considerou-se um erro de estimação de 10%, levando-se em conta o caráter de heterogeneidade no tipo de empresas consideradas, bem como, a semelhança no tratamento dispensado às mesmas.

A fórmula utilizada foi a seguinte⁽⁰¹⁾:

TABELA 2 - Número de propostas de crédito elaboradas para as pequenas empresas por município, segundo o setor de atividade, com repetição. Período: março/78 a julho/82.

Municípios	Setores de Atividade			Total
	Indústria	Comércio	Serviços	
A. Nova	12	20	03	35
Arara	17	38	11	66
Areia	33	57	16	106
Areial	07	06	06	19
Bananeiras	11	07	01	19
Borborema	08	07	01	16
Esperança	62	105	16	183
L. Seca	03	04	01	8
Montadas	02	02	-	4
Pilões	04	05	04	13
Pirpirituba	06	04	02	12
Puxinanã	06	15	01	22
São S. L. de Roça	07	07	02	16
Serraria	13	10	01	24
TOTAL	191	287	65	543

FORNTE: CEAG-PB (Escritório de Areia)

TABELA 3 - Total de propostas elaboradas para as pequenas em
presas e efetivamente financiadas, sem repetição.
Período: 1978 a julho de 82

Municípios	Setores de Atividade			Total
	Indústria	Comércio	Serviços	
A Nova	06	13	02	21
Arara	11	17	07	35
Areia	12	29	11	52
Areial	03	04	01	08
Bananeiras	03	04	-	07
Borborema	04	02	01	07
Esperança	25	56	08	89
L. Seca	-	-	-	-
Montadas	02	-	-	02
Pilões	02	02	01	05
Pirpirituba	02	01	-	03
Puxinanã	04	07	01	12
São S. L. de Roça	04	03	01	08
Serraria	06	07	01	14
TOTAL	84	145	34	263

FONTE: CEAG-PB (Escritório de Areia)

$$n = \frac{N Z^2 P Q}{N d^2 + Z^2 P Q}$$

onde:

n - Tamanho da amostra;

N - tamanho da população = 263

Z - escore da distribuição normal = 1,96

P - proporção de insucesso = 0,50

Q - Proporção de sucesso = 0,50

d - erro de estimação = 0,10

A amostra estimada foi de 70 empresas. A seleção das empresas visitadas dentro dos diversos setores (indústria, comércio e serviços) foi feita intencionalmente nos municípios de Alagoa Nova, Arara, Areia e Esperança, em virtude dos mesmos deterem cerca de 75% do total de unidades assistidas (Tabela 3).

A seleção da amostra, segundo os setores, foi efetuada proporcionalmente ao número de propostas de crédito elaboradas e efetivamente financiadas. Os elementos da amostra para cada setor, apresentados na Tabela 4, foram identificados aleatoriamente, dentro das normas estatísticas, após o pré-teste do questionário.

A Tabela 5, mostra a distribuição das pequenas empresas do universo e amostra, por setor e ramos de atividade.

2.2.3 - Análise dos Dados

A metodologia utilizada variou segundo as características dos dados e objetivos da análise. No caso dos indicadores, tomou-se por base critérios de avaliação de Projetos e, levando-se em conta a necessidade de comparações entre os períodos "t₀ e t₁" o método de "análise tabular de relações" foi o mais utilizado. Nos demais casos, usou-se a análise descritiva.

TABELA 4 - Número de unidades pesquisadas nos municípios selecionados, segundo o setor de atividade.

Municípios	Setores de Atividade			Total
	Indústria	Comércio	Serviços	
Alagoa Nova	02	04	01	07
Arara	04	05	02	11
Areia	04	11	04	19
Esperança	09	21	03	33
TOTAL	19	41	10	70

Para o atingimento dos objetivos propostos, foram observados os seguintes procedimentos:

(a) Caracterização das Pequenas Empresas e seus proprietários

- foram utilizados dados primários oriundos da pesquisa, os quais, de modo geral, evidenciaram, sempre que possível a situação "ex-ante" e "ex-post" à intervenção; especificamente foram analisados;

- Características dos empresários no momento " t_1 ":
- faixa etária por setor de atividade
- grau de instrução por setor de atividade
- naturalidade por setor de atividade
- anos de residência local por setor de atividade
- anos de experiência anterior ao início da atividade exercida
- pretensões quanto ao futuro da empresa
- Características das empresas por setor de atividade no momento " t_1 ":

TABELA 9 - Distribuição das pequenas empresas no universo e na amostra, por Setor e Ramo de Atividade.

Setor e Ramo de Atividade	Universo de Pesquisa		Amostra	
	Nº Empresas	%	Nº Empresas	%
COMERCIO	145	100	41	100
• produtos alimentares, bebidas e outros	75	51,8	14	34,1
• tecidos e artefatos, artigos vestuário e armário	45	31,1	15	36,6
• produtos farmacêuticos	5	3,4	2	4,9
• acessórios para veículos	5	3,4	2	4,9
• material de construção	5	3,4	3	7,3
• material elétrico */	3	2,1	2	4,9
• outros (mangalhos) -	7	4,8	3	7,3
INDÚSTRIA	84	100	19	100
• madeira e mobiliário	22	26,2	9	47,4
• produtos alimentares	29	34,5	5	26,3
• vestuário, calçados e artefatos de tecido	18	21,4	3	15,8
• produtos minerais não metálicos	7	8,3	-	-
• metalúrgica	5	6,0	2	10,5
• outros	3	3,6	-	-
SERVIÇO	34	100	10	100
• serviços de alimentação	18	52,9	5	50,0
• serviços de fotografia	3	8,8	1	10,0
• reparação e manutenção de veículos	3	8,8	1	10,0
• serviços pessoais	2	5,9	-	-
• transporte	2	5,9	-	-
• outros	6	17,7	3	30,0
TOTAL	263	-	70	-

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: CEAG - Escritório de Areia

*/Produtos da pequena indústria doméstica, vendidos nas feiras e mercados do interior.

- localização da empresa
- anos de existência na atividade exercida
- legalidade da empresa
- utilização da capacidade instalada da empresa
- identificação dos problemas principais da empresa
- destino dos produtos e origem das matérias-primas e mercados.

. Receitas e a Situação Patrimonial:

- comparação entre a receita total, custo total, renda líquida e situação patrimonial, para os períodos t_0 e t_1 , por setor e principais ramos de atividade

. Características Principais do Emprego:

- comparação entre os períodos t_0 e t_1 do número de pessoas efetivamente ocupadas nas empresas e sua classificação segundo os setores e seus principais ramos de atividade
- idade do pessoal ocupado, segundo o setor de atividade

. Aspectos das Intervenções (do ponto de vista das empresas):

- como as intervenções chegaram as empresas e suas respectivas avaliações por parte dos empresários, segundo os instrumentos de ação

(b) Especificação dos Aferidores - foram aferidos, prioritariamente, os efeitos da atuação da assistência técnica e crédito orientado nas pequenas empresas, através de alguns indicadores. Tais indicadores, medidas de relação ou eficiência, evidenciaram através das variáveis consideradas, as respostas na renda e no emprego das mencionadas intervenções. Apesar do instrumental teórico dispor de uma gama de indicadores sócio-econômicos, foram considerados suficientes os seguintes aferidores:

- Receita Total/Custo Total
- Renda Líquida/Capital

- Capital/Mão-de-Obra
- Renda Líquida/Mão-de-Obra,

onde:

- Receita Total - medida em Cr\$ 1.000,00 de 1982, representa a média das vendas mensais dos bens e serviços. A presente de finição contém limitações, pelo fato de trazer implícito ã pressuposição de auto-consumo nulo e inexistência de variação de estoque. Tal pressuposição, dificilmente ocorre na realidade, principalmente em alguns ramos de atividade. Apesar disto, foi considerada devido as dificuldades existentes na coleta de tais informações.

- Custo Total - medido em Cr\$ 1.000,00 de 1982, representa a média mensal dos custos totais por empresa. Neste custo, es tão incluídos os gastos com mercadorias e serviços, mão-de-obra, energia, impostos, alugueis, e outros, inclusive depreciação. A depreciação foi calculada pelo método linear, no qual considerou-se uma vida útil de 30 anos para os prédios e 10 anos para os demais itens depreciáveis do patrimônio (máquinas, móveis e veículos). Os juros sobre o capital investido não foram computados, porque admite-se que entre os períodos considerados, a variação patrimonial é muito pequena.

- Renda Líquida - medida em Cr\$ 1.000,00 de 1982, representa a média mensal por empresa da diferença entre as receitas totais e os custos totais.

- Capital - medido em Cr\$ 1.000,00 de 1982, representa a situação patrimonial média por empresa, e é composto pelos seguintes itens: imóveis, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, depósitos bancários e estoques.

- Mão-de-Obra - medida em número de pessoas efetivamente ocupadas nas empresas, considerando a média mensal nos períodos considerados.

(c) Análise da estratégia de ação dos instrumentos utilizados - o tratamento foi eminentemente descritivo, sendo os dados coletados junto aos órgãos executores e de coordenação, ou sejam: CEAG/PB, UFPB, SENAI, SENAC, Bancos Oficiais e CEPA/PB. Os aspectos enfatizados por instrumento de ação, foram:

- . Assistência Técnica - estratégia de ação e desempenho;
- . Crédito Orientado - estratégia de ação, agentes envolvidos, volume de financiamentos por agente, tipo de financiamentos e índice de inadimplência;
- . Treinamento de Mão-de-Obra - estratégia de ação, tipos de treinamento e avaliação dos resultados; e
- . Tecnologia e Processamento de Alimentos - estratégia de ação, tipos de treinamento e avaliação dos resultados.

2.2.4 - Medidas de Relação ou Eficiência

As relações consideradas têm como objetivo possibilitar a identificação de resultados, segundo os setores de atividade nos períodos observados.

$$(a) \text{ Receita Total/Custo Total} = \frac{RT}{CT}$$

Permite a identificação da receita total gerada por unidade de custo total por empresa. Chama-se atenção para o fato de que provavelmente este indicador deve apresentar algum viés, uma vez que na receita total não foi considerada a variação de estoque e o auto-consumo.

$$(b) \text{ Renda Líquida/Capital} = \frac{RL}{K}$$

Mede a rentabilidade do capital, ou seja, a renda líquida gerada por unidade de capital investido na empresa. Chama-se a atenção para a conseqüente repercussão na renda líquida em decorrência do provável viés mencionado no item anterior.

$$(c) \text{ Capital/M\~{a}o-de-Obra} = \frac{K}{M.O.}$$

Mede o valor do capital por pessoa ocupada na empresa.

$$(d) \text{ Renda L\~{i}quida/M\~{a}o-de-Obra} = \frac{RL}{MO}$$

Indica a renda l\~{i}quida gerada por pessoa ocupada na empresa.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo contém os resultados da presente pesquisa, os quais serão apresentados e discutidos de acordo com os seguintes tópicos: (1) As pequenas empresas assistidas. (2) Análise dos indicadores econômicos. (3) Análise dos instrumentos de apoio.

Convém salientar que as mudanças observadas nas pequenas empresas pesquisadas entre os períodos " t_0 e t_1 " não se devem exclusivamente a atuação do subprojeto. Na realidade outras forças tiveram influência sobre tais mudanças, principalmente as relacionadas com os segmentos agrícolas, nível de administração do projeto e outros fatores exógenos, como o climático. Entretanto, os dados disponíveis não permitem separar os efeitos das atividades do subprojeto de outras fontes, nos resultados constatados.

3.1 - As Pequenas Empresas Assistidas

3.1.1 - Características dos Empresários

Algumas das principais características dos empresários são apresentados na Tabela 6, cujos aspectos mais relevantes comenta-se a seguir.

A idade dos empresários pesquisados variou de 21 a 70 anos, sendo que a maior concentração se verificou no estrato de 31 a 40 anos, com cerca de 33% do total de empresários. Por setores de atividade, o setor indústria foi o que apresentou empresários mais jovens, aproximadamente 58% possuem menos

TABELA 6 - Características dos empresários das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - outubro de 1982

Especificação	Setor de Atividade			Total
	Comércio	Indústria	Serviço	
(A) GRUPOS DE IDADE (%)				
20 — 30	14,6	15,8	30,0	17,1
30 — 40	31,7	42,0	20,0	32,9
40 — 50	34,2	15,8	10,0	25,7
50 — 60	17,1	26,3	30,0	21,4
60 — 70	2,4	-	10,0	2,9
(B) GRAU DE INSTRUÇÃO (%)				
Iletrado	7,3	21,0	-	10,0
Primário	56,2	31,6	50,0	48,5
Secundário	34,1	47,4	40,0	38,6
Universitário	2,4	-	10,0	2,9
(C) NATURALIDADE (%)				
Do próprio município	56,2	57,9	70,0	58,6
De outros na área do Projeto	21,9	26,3	-	20,0
De outros do Estado	21,9	15,8	30,0	21,4
De outros Estados	-	-	-	-
(D) ANOS DE RESIDÊNCIA LOCAL (%)				
Até 10	22,2	25,0	-	20,7
10 — 20	27,8	-	-	17,2
Mais de 20	50,0	75,0	100,0	62,1

TABELA 6 - (Continuação)

Especificação	Setor de Atividade			Total
	Comércio	Indústria	Serviço	
(E) ANOS DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR (%)				
Nenhuma	65,8	36,9	60,0	57,1
1 — 5	4,9	10,5	10,0	7,1
5 — 10	17,0	5,3	10,0	12,9
10 — 15	4,9	21,0	10,0	10,0
15 — 20	2,4	21,0	10,0	8,6
Mais de 20	4,9	5,3	-	4,3
(F) PRETENSÕES QUANTO AO FUTURO (%) ^{1/}				
Expandir a empresa	88,0	89,0	90,0	89,0
Mudar de ramo	5,0	-	-	3,0
Mudar de ponto	-	26,0	10,0	9,0
Não interessa crescer	11,5	-	10,0	9,0
Total de Empresários	41	19	10	70

FONTE: Dados da Pesquisa

^{1/} Verifica-se a incidência de mais de uma pretensão por em presário.

de 40 anos, enquanto que, para os setores comércio e serviços, esta participação cai para cerca de 46% e 50%, respectivamente. Estas informações, são de grande importância em estudos com maior aprofundamento na análise sócio-econômica, em que são correlacionadas com outras variáveis. No entanto, apesar do reconhecimento da dinamicidade dos mais jovens e a experiência dos mais velhos, o presente estudo desvincula-se destes aspectos. Assim sendo, sua validade consiste na possibilidade de utilização dessas informações em estudos comparativos. O mesmo raciocínio, pode ser extrapolado para o grau de instrução.

Quanto ao grau de instrução, do total pesquisado, aproximadamente 10% eram iletrados; cerca de 49% tinham cursado o primário, dos quais, aproximadamente 50% não o haviam concluído; cerca de 39% com o curso secundário, completo ou incompleto e apenas 3% com o curso universitário. Considerando por setor de atividade, nos setores comércio e serviço encontram-se os empresários com melhor nível de instrução, ou seja, cerca de 93% e 100% respectivamente não são iletrados.

As informações referentes a naturalidade dos empresários evidenciam a participação mais significativa, dentre os beneficiários do subprojeto, de empresários naturais do próprio município em que desenvolvem seus pequenos negócios, ou seja, aproximadamente 59%, sendo o setor serviço o que apresentou a maior participação com cerca de 70% do total de empresários assistidos neste setor. Quanto aos demais empresários, a metade era natural de outros municípios da área do Projeto e a outra metade de outros municípios do Estado. Porém, como fica evidenciado, não houve entre os beneficiários, empresários oriundos de outros Estados.

Convém destacar que, mesmo os empresários que não são naturais dos municípios em que desenvolvem seus negócios (41%) ou seja, cerca de 80% destes residem no município há

mais de 10 anos. Este aspecto evidencia a prioridade dos empresários locais na seleção de beneficiários do Projeto.

Os dados da pesquisa evidenciaram, também, que do total de empresários, cerca de 57% não tinham nenhuma experiência anterior no ramo de atividade atual e quando nele ingressaram, aproximadamente 7% já possuíam até 4 anos de experiência e cerca de 36% possuíam mais de 5 anos. Considerado por setor de atividade, o setor comércio apresentou o maior índice de empresários sem experiência anterior, ou seja, cerca de 66%, seguido pelo setor serviços com 60%. Estes comportamentos evidenciam que o setor indústria é o que requer mais conhecimentos e/ou experiência anterior do empresário no ramo em que vai se engajar.

Quanto as pretensões dos empresários visando o futuro dos negócios, foi observado que alguns empresários declinaram mais de uma pretensão, não coincidindo as mesmas com o número de empresários entrevistados. No entanto, a pretensão maior diz respeito a expansão de suas empresas envolvendo a proximadamente 80% dos empresários dos três setores. Uma segunda pretensão de destaque evidenciada principalmente no setor indústria, foi a mudança de ponto (local do negócio), em decorrência das dificuldades de ampliação por falta de espaço. A falta de interesse de aumentar o tamanho da empresa foi a resposta de aproximadamente 11% e 10% dos empresários dos setores comércio e serviços, respectivamente, sendo alegado principalmente aspectos de idade avançada e problemas de saúde.

No tocante a ocupação anterior foi possível constatar que aproximadamente 10% dos empresários tinham na agricultura sua ocupação principal, e se considerarmos atividades paralelas a atual, este percentual permanece com ocupações na agricultura.



3.1.2 - Características Gerais das Empresas

Das Pequenas Empresas, 20% funcionam na própria residência do empresário. Esta participação não apresenta diferença significativa entre os setores de atividade comercial e industrial. No entanto, no setor serviço, do total de empresas, apenas 10% aproximadamente funcionavam na residência do empresário (Tabela 7).

Quanto ao tempo de atividade da empresa, constatou-se que cerca de 39% do total das empresas estudadas tinham na época da pesquisa menos de 4 anos de atividade, com destaque para o setor serviços, no qual 60% delas se enquadravam nesta faixa. Ao mesmo tempo pode-se observar que nos setores indústria e serviços se encontravam as empresas com mais tempo de atividade.

Com respeito à legalidade, do total das empresas pesquisadas, 20% não possuíam existência legal, sendo a maior incidência no setor serviços com 40% aproximadamente, seguido pelo setor indústria com cerca de 37% e finalmente o setor comércio com 7%.

Segundo observações adicionais de campo, constatou-se ser pretensão dos pequenos empresários a existência legal de seu pequeno negócio. No entanto, em algumas empresas legalizadas, foi evidenciado um tratamento fiscal desvirtuado do caráter orientador, com ocorrência de multas, em função de lapsos contábeis, decorrentes do desconhecimento das mudanças constantes do sistema tributário. Tais multas, em alguns casos, são incompatíveis ao porte e estágio da pequena empresa, que só permite o pagamento pela sua modesta escrita contábil a um estudante universitário ou técnico de nível médio, sem as condições necessárias de evitar estes problemas, percebe-se conseqüentemente a necessidade de direcionamento acertado de instrumentos de apoio, no caso, fiscal tributário (08).

TABLA 7 - Características das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - Outubro 1982

Especificação	Setor de Atividade			Total
	Comércio	Indústria	Serviços	
(A) LOCALIZAÇÃO (%)				
Na residência		21,0	10,0	20,0
Fora da residência	22,0 78,0	79,0	90,0	80,0
(B) ANOS DE ATIVIDADE (%)				
Até 5	39,2	26,3	60,0	38,6
5 - 10	21,9	26,3	20,0	22,9
10 - 15	21,9	15,8	-	17,2
15 - 20	4,9	15,8	-	7,1
20 - 25	7,3	5,3	-	5,7
25 - 30	2,4	-	-	1,4
Mais de 30	2,4	10,5	20,0	7,1
(C) LEGALIDADE (%)				
Com existência legal	92,7	63,2	60,0	80,0
Sem existência legal	7,3	36,8	40,0	20,0
TOTAL DE EMPRESAS	41	19	10	70

FONTE: Dados da Pesquisa

Na Tabela 8, são apresentados os níveis de utilização da capacidade instalada das pequenas empresas pesquisadas, nos setores indústria, comércio e serviço. Em 81% do total da amostra foi possível sua identificação no momento da pesquisa. Os mais baixos níveis de utilização se verificaram no setor indústria, com cerca de 42% operando abaixo de 60% de sua capacidade instalada, enquanto que no setor comércio, aproximadamente 60% das empresas encontravam-se operando na faixa de utilização de 80 a 100%. No caso do setor indústria, se deduz que os investimentos em máquinas e equipamentos eleva muito a capacidade de produção sem a respectiva resposta na demanda, pelo menos a curto prazo.

Os níveis de utilização da capacidade instalada foram identificados de forma bastante empírica. Considerou-se uma situação "coeteris paribus" e para o conjunto de equipamentos e instalações, estimou-se de quanto poderia ser aumentado o volume de negócios.

Quanto a identificação de alguns problemas, conforme a Tabela 9, do total das empresas pesquisadas, aproximadamente 23% não tinham problemas caracterizados. Das restantes, observou-se a incidência de mais de um tipo de problema por empresa. Os problemas de ordem financeira tiveram a maior participação, com ênfase a escassez de capital de giro. Em segundo lugar o problema de mercado, sendo evidenciada sua instabilidade decorrente da interdependência com o setor agrícola. Nos demais, com menor intensidade, aparecem as matérias - primas, mão-de-obra e assistência técnica.

O mercado para os produtos e fonte de suprimento de mercadorias, conforme a pesquisa, variou segundo os setores de atividade. Porém, como era de se esperar, o mercado local foi preponderante, com cerca de 63,0% do total das pequenas empresas vendendo seus produtos ou serviços para o próprio município, com destaque para o setor serviços com 100% das vendas para o mercado local.

TABELA 8 - Utilização atual da capacidade instalada das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - Outubro 1982.

Setor de Atividade	Total de Empresas	Níveis de Utilização (%)							Não identificado	
		0	40	40	60	60	80	80		100
Comércio	41	-		2,4		26,8		44,0		26,8
Indústria	19	15,8		26,3		10,5		36,9		10,5
Serviços	10	-		10,0		50,0		40,0		-
TOTAL	70	4,3		10,0		25,7		41,4		18,6

FONTE: Dados da Pesquisa

TABLA 9 - Identificação de alguns problemas nas pequenas empresas assistidas pelo PDRI-Brejo Paraibano em outubro 1982.

Setor de Atividade	Nº de Empresas	Não tem Problemas (%)	Tipos de Problemas ^{1/} (%)				
			Mão de Obra	Matéria Prima	Mercado	Assistência Técnica Gerencial Financeiro	
Comércio	41	19,5	-	4,9	39,0	2,4	51,2
Indústria	19	26,3	21,0	21,0	12,2	10,5	52,6
Serviços	10	30,0	10,0	-	40,0	-	20,0
TOTAL	70	22,9	7,1	8,6	35,7	4,3	47,1

FONTE: Dados da Pesquisa

^{1/} Houve mais de uma resposta por empresa.

Quanto ao suprimento de matérias-primas, cerca de 26% do total das empresas se abastecem no próprio município. Considerando por setor de atividade, apenas o setor serviços foi completamente abastecido no próprio Estado, tendo Campina Grande como o principal município supridor de cerca de 70% das empresas do setor. O setor comércio e indústria foram su gridos por outros Estados, em cerca de 48% e 5% das empresas. das respectivos setores.

Os principais produtos e serviços ofertados pelas pe quenas empresas segundo os setores de atividade pesquisados foram:

Comércio - gêneros alimentícios, tecidos e confecções, miudezas em geral, material elétrico e de construção, carnes e miúdos, medicamentos, cereais e cebola, bombons e ci garros.

Indústria - móveis e artigos de madeira, produtos de ferro (grades, portões), pães, bolos e bolachas, aguardente de cana, cintos e outros artigos de couro, roupas e crochê, leite de leite.

Serviços - lanches e refeições, conserto de rádio e relógio, conserto de automóveis, fotografias, escola de 19 grau e conserto de pneus e câmaras.

Constatou-se ainda a predominância de empresas assis tidas nas sedes dos municípios, com atividades muitas vezes de pouco poder de geração de emprego, bem como, baixo nível de utilização de matérias-primas agrícolas da área. Estes fa tos podem estar diretamente correlacionados com a falta de cadastramento anterior, bem como, as sobreposições de ativida des à equipe de assistência técnica, com as implicações conse quentes na seleção e acompanhamento dos beneficiários.

Em termos reais, conforme a Tabela 10, foi no setor comércio evidenciada a maior receita total média por empresa, principalmente no ramo de materiais de construção, o qual na situação anterior apresentava Cr\$ 1.102.800,00 de receita total média por empresa, passando para Cr\$ 1.833.300,00 no momento da pesquisa. A receita total média mais baixa se verificou no setor indústria, no ramo metalúrgico (confecção de grades e portões), passando de Cr\$ 64.100,00 mensais por empresa para Cr\$ 25.000,00 no momento da pesquisa. Estas constatações podem ser explicadas, no primeiro caso, pelos financiamentos da casa própria, e no segundo cujo produto principal são grades de ferro, por ser consideradas um bem dispensável em períodos de queda do poder de compra da população. Outrossim, o citado aspecto de redução do poder aquisitivo é reforçado quando se verifica que a média mensal por empresa da receita líquida e situação patrimonial, são mais elevadas no setor indústria (produtos alimentares), no qual as padarias de destacaram no momento da pesquisa, com Cr\$ 352.000,00 e Cr\$ 10.838.000,00 respectivamente. Tais resultados constituem as médias mais elevadas dentre todos os ramos ou atividades pesquisados.

Observou-se nas pequenas empresas como um todo uma redução em cerca de 0,5% na Receita Total de acordo com a Tabela 11, enquanto que a receita líquida cresceu aproximadamente 10% e a situação patrimonial cresceu em torno de 39%. Considerando por setor de atividade, quanto a receita total, só o setor indústria teve variação positiva, de aproximadamente 16%. Os setores comércio e serviços variaram negativamente cerca de 6% a 16%, respectivamente. No tocante à receita líquida, todos os setores apresentaram variações positivas, com destaque para o setor comércio com aproximadamente 14%. Da mesma forma, na situação patrimonial, observou-se variações positivas em todos os setores, com evidência nos indústria e serviços, com cerca de 50% em cada. A composição da situação patrimonial média por empresa, segundo os setores de atividade nos períodos considerados, está contida na Tabela F1 do Apêndice "F".

TABLE 10. RECEITAS, CUSTO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS PESQUISADAS E EFETIVAMENTE ASSISTIDAS PELA FUNI - BJEJO PARATIBANO, NOS PERÍODOS CONSIDERADOS - SE GUNDO OS SETORES E PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE.

Setores e Ramos de Atividades	Nº de Empresas	Média Mensal				Situação Patrimonial								
		Receita Total		Custo Total		Receita Líquida		Situação Patrimonial						
		t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁					
COMERCIO														
Prod. alimentícios, bebidas e outros	41	502,3	471,7	428,5	387,5	73,8	84,2	1.998,7	2.541,0					
Tec. e artefatos, art. vest. e amarrinho	15	478,6	258,7	396,0	191,5	82,6	67,2	2.525,9	2.589,3					
Produtos farmacêuticos	2	308,2	450,0	281,5	387,5	26,7	62,5	1.548,2	3.165,0					
Acessórios para veículos	2	869,8	500,0	758,6	370,0	111,2	130,0	8.247,9	4.550,0					
Material de construção	3	1.102,8	1.833,3	981,6	1.604,6	121,2	228,7	4.498,7	9.670,0					
Material elétrico	2	228,7	774,0	167,9	621,0	60,8	153,0	753,7	4.188,0					
Outros (mangalhos e ambulante)	3	88,1	107,3	64,1	80,6	24,0	26,7	101,5	75,0					
INDUSTRIA														
Madeira e mobiliário	19	457,3	531,2	328,6	393,8	128,7	137,4	3.448,3	5.177,1					
Produtos alimentares	5	835,0	1.186,0	616,4	834,0	218,6	352,0	9.490,4	10.838,0					
Vestuário, calçados e artef. de tecido	3	59,7	44,3	28,7	21,6	31,0	22,7	240,5	436,7					
Metalúrgica	2	64,1	25,0	43,8	13,5	20,3	11,5	203,0	212,5					
SERVIÇOS														
Serviços de alimentação	10	188,2	158,0	136,7	103,7	51,5	54,3	1.543,0	2.334,5					
Serviços de fotografia	1	58,7	80,0	41,1	50,0	17,6	30,0	48,4	340,0					
Reparação e manutenção de veículos	1	-	40,0	-	6,0	-	34,0	3.253,1	2.950,0					
Outros (esc. borracheiro, cons. rádio)	3	52,2	126,7	29,4	60,0	22,8	66,7	730,0	1.655,0					
TOTAL	70	445,2	443,0	359,7	348,6	85,5	94,4	2.327,2	3.227,0					

FONTE: Dados da Pesquisa.

TABELA II - Variação percentual entre os períodos considerados (t_0 e t_1) das receitas, custo total, e situação patrimonial das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores e principais ramos de atividade.

Setores e Ramos de Atividade	Receita Total	Custo Total	Receita Líquida	Situação Patrimonial
<u>COMÉRCIO</u>	-6,1	-9,6	14,1	27,1
Produtos alimentícios, bebidas e outros	-11,9	-14,4	4,0	34,3
Tecidos e artefatos, artigo vestuário armarinho	-46,0	-51,7	22,9	2,5
Produtos farmacêuticos	46,0	37,6	134,1	104,4
Acessórios para veículos	-42,5	-51,2	16,9	-44,8
Material de construção	66,2	63,5	88,7	114,9
Material elétrico	238,4	269,9	152,0	455,6
Outros (mangalhos e ambulante)	21,8	25,7	11,2	-26,1
<u>INDÚSTRIA</u>	16,2	19,8	6,7	50,1
Madeira e mobiliário	-5,4	7,8	-37,7	150,5
Produtos alimentares	42,0	35,3	61,0	14,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	-25,7	-24,7	-36,7	81,6
Metalmúrgica	-61,0	-69,2	-43,4	-4,7

Setores e Ramos de Atividade	Receita Total	Custo Total	Receita Líquida	Situação Patrimonial
<u>SERVIÇOS</u>				
Serviços de alimentação	-16,1	-24,2	5,4	51,3
Serviços de fotografia	-35,2	-35,3	-35,1	57,7
Reparação e manutenção de veículos	-36,3	31,6	70,4	602,5
Outros (escola, borracheiro, conserto rádio)	-	-	-	-9,3
	142,7	104,1	192,5	126,7
<u>TOTAL</u>	-0,5	-3,1	10,4	38,7

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Tabela 10.

A queda na receita total foi destacada por aproximadamente 40% dos empresários, como reflexo do setor agrícola, onde as estiagens que se verificaram nos últimos 3 anos, afetaram o nível de renda do setor. Por outro lado, segundo constatações de campo, ficou evidenciado um deslocamento de renda para o setor agrícola, em alguns casos de o empresário está também nele engajado, bem como, para o patrimônio dos empresários, em termos de assegurar um processo de capitalização capaz de propiciar uma melhor situação posterior.

No entanto, deve-se considerar que apesar do esforço dispendido para a consecução do melhor nível possível das informações, constatou-se uma superestimação do capital do período (t_0), onde o desejo de obter empréstimo sem o respaldo de garantias reais satisfatórias ao sistema financeiro, parcialmente a explicaram. Por outro lado, os custos totais também pode-se considerar um pouco superestimados, sendo parcialmente explicado pela precariedade de registro inerente a essas empresas.

3.1.4 - O Emprego e suas Características Principais

A criação de oportunidade de ocupação de mão-de-obra local pode ser considerada como o objetivo mais importante do subprojeto. Os dados da pesquisa evidenciaram a resposta em termos de ocupação direta. No entanto, foi possível constatar, sem quantificar, a grande significação das ocupações indiretas.

O nível de ocupação de mão-de-obra, conforme a Tabela 12, após a assistência e financiamento, no conjunto das pequenas empresas pesquisadas, passou de 150 para 228 pessoas, ou seja, cresceu em aproximadamente 52%, tendo o setor serviços apresentado o mais elevado índice, com cerca de 128%, seguido do setor indústria com cerca de 61% e com menor crescimento o

TABELA 12 - Pessoas ocupadas nas pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraiba no, segundo os setores e principais ramos de atividade.

Setores e Ramos de Atividade	Nº de Empresas	Pessoas Ocupadas		Classificação (*) %						
		t ₀	t ₁	Familiares			Empregados			
				Não Regist.		Registados				
		t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	
<u>COMÉRCIO</u>	41	77	101	73,7	69,5	26,3	18,6	-	11,9	
. Produtos alimentícios, bebidas e outros	14	31	36	70,6	61,9	29,4	38,1	-	-	
. Tecidos e artefatos, art. vest. e armário	15	25	38	100,0	95,4	-	4,6	-	-	
. Produtos farmacêuticos	2	3	4	-	50,0	100,0	-	-	50,0	
. Acessórios para veículos	2	3	3	-	-	100,0	-	-	100,0	
. Material de Construção	3	7	11	50,0	25,0	50,0	12,5	-	62,5	
. Material elétrico	2	3	4	-	50,0	100,0	50,0	-	-	
. Outros (mangalhos, ambulantes)	3	5	5	100,0	100,0	-	-	-	-	

TABELA 12 - (CONTINUAÇÃO)

Setores e Ramos de Atividade	Nº de Empresas	Pessoas Ocupadas		Classificação (*) %									
		t ₀	t ₁	Familiares		Empregados		t ₀	t ₁				
				t ₀	t ₁	Não Regist.	Registrados						
<u>INDÚSTRIA</u>													
. Madeira e mobiliário	19	59	95	12,5	11,8	65,0	67,2	22,5	21,0				
. Produtos alimentares	9	23	43	28,6	20,6	57,1	52,9	14,3	26,5				
. Vestuário, calçados e artef. de tecido	5	28	36	-	3,3	69,6	73,3	30,4	23,4				
. Metalúrgica	3	4	14	100,0	9,0	-	91,0	-	-				
	2	4	3	-	-	100,0	100,0	-	-				
<u>SERVIÇOS</u>													
. Serviços de alimentação	10	14	32	-	45,5	100,0	54,5	-	-				
. Serviços de fotografia	5	9	17	-	61,5	100,0	38,5	-	-				
. Reparação e manutenção de veículos	1	1	2	-	100,0	-	-	-	-				
. Outros (escola, borracheiro, cons. de rádio)	1	-	2	-	-	-	100,0	-	-				
	3	4	11	-	14,3	100,0	85,7	-	-				
TOTAL	70	150	228	38,8	37,6	50,6	47,8	10,6	14,5				

FONTE: Dados da Pesquisa

(*) Foram excluídos os proprietários.

setor comércio com aproximadamente 31%. Quanto aos ramos de atividade, o maior crescimento no número de pessoas ocupadas verificou-se no setor indústria, no item referente a vestuário, calçados e artefatos de tecido, com destaque ao processo de produção especial existente em um modesto distrito, o qual consiste na produção descentralizada de trabalhos de crochê, mediante a distribuição da matéria-prima (fio de algodão) com mulheres que na maioria residem em sítios ou fazendas, para manufaturá-la. Este produto final, já tem uma demanda assegurada até fora dos limites estaduais. Apesar disto, foram inúmeras as dificuldades de acesso ao crédito neste ramo de atividade, mesmo considerando o pequeno volume requerido para capital de giro. Tal fato é digno de maiores atenções, principalmente ao considerar-se que os sistemas produtivos não têm sido capaz de permitir a conciliação das atividades femininas domésticas com o trabalho fora do lar (14).

Considerando-se a média de ocupação por empresa, o setor indústria apresenta o nível mais elevado, com 5 pessoas ocupadas, seguido pelo setor serviços com 3,2 pessoas e 2,5 pessoas por empresa para o setor comércio.

Quanto à classificação da ocupação, excetuando-se os empresários, a pesquisa evidenciou que no conjunto das pequenas empresas, a participação relativa dos empregados não registrados é a mais elevada, tanto na situação anterior (t_0), como na situação atual (t_1), com respectivamente 51% e 48% aproximadamente. No entanto, o decréscimo de participação relativa também é verificado para o grupo de familiares. Apesar da participação dos empregados registrados ser a menor, esta cresceu em cerca de 4%, devendo-se este incremento ao setor comércio.

Além das várias interpretações que podem ser extraídas da Tabela 12, observações de campo evidenciaram ser bastante significativas a participação da ocupação efêmera em trabalhos específicos, muito evidente em atividades comerciais.

de feiras, chegando por vezes a ocupar de 2 a 4 pessoas, no dia de feira, e geralmente predomina a faixa etária de 14 a 17 anos, subestimando assim o total de pessoas ocupadas.

A composição do pessoal ocupado, segundo a faixa etária por setores de atividade, só foi possível identificar para o momento da pesquisa (t_1); pois os empresários não recordavam bem a composição anterior. A participação de pessoas mais jovens foi maior no setor comércio com aproximadamente 57% na faixa etária de 10 a 20 anos, com destaque no ramo de produtos alimentícios, bebidas e outros, onde os filhos do empresário se revezam nos expedientes não escolares. De um modo geral, as empresas pesquisadas apresentaram, com exceção dos proprietários, aproximadamente 74% do pessoal ocupado com idade inferior a 30 anos (Tabela 13).

3.1.5 - Alguns Aspectos das Intervenções dos Instrumentos

Neste tópico, serão abordados pelo lado das pequenas empresas pesquisadas alguns dos principais aspectos das intervenções dos instrumentos componentes do Subprojeto. Inicialmente, conforme a Tabela 14, pode-se observar a incidência dos instrumentos de apoio, onde fica evidenciado a necessidade de maior participação das pequenas empresas nas demonstrações de tecnologias, bem como de seu pessoal ocupado, nos treinamentos profissionalizantes.

De modo geral, cerca de 97% dos pequenos empresários pesquisados acharam boa a atuação do POLONORDESTE na área, e de seus instrumentos de apoio. Enquanto isto, aproximadamente 31 apresentaram restrições, principalmente quanto a taxas de juros elevados e por ser o treinamento do SENAI desprovido de apoio necessário para que se aumente mais a parte prática dos cursos. A Tabela 15, evidencia a distribuição das pequenas empresas pesquisadas quanto ao primeiro contato com a equipe de

TABELA 13 - Idade do pessoal ocupado, segundo o setor de atividade, nas pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano - Outubro 1982.

Setor de Atividade	Total (*)	Faixas Etárias						
		10 - 20	20 - 30	30 - 40	40 - 50	50 - 60	60 e mais	
Comércio	60	57,0	20,0	17,0	6,0	-	-	
Indústria	76	38,0	36,0	16,0	6,0	3,0	1,0	
Serviços	22	36,0	32,0	14,0	5,0	13,0	-	
TOTAL	158	44,0	30,0	16,0	6,0	4,0	1,0	

FONTE: Dados da Pesquisa

(*) Foram excluídos os proprietários.

TABELA 14 - Incidência da atuação dos instrumentos de apoio nas pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores de atividade.

Setor de Atividade	Total de Empresas	Ass. Técnica		Crédito		Treinamento M.O.		Demonstrações	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comércio	41	38	92,70	41	100	1	0,02	-	-
Indústria	19	15	78,90	19	100	2	10,53	-	-
Serviços	10	9	90,0	10	100	1	11,11	-	-

FONTE: Dados da Pesquisa

TABELA 15 - Distribuição anual da primeira assistência às pequenas empresas contempladas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores de atividade. Período: 1978-1981

Setor de Atividade	Nº de Empresas ^{1/}	1978		1979		1980		1981	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comércio	38	7	18,4	7	18,4	15	39,5	9	23,7
Indústria	17	4	23,5	3	17,6	4	23,6	6	35,3
Serviços	10	2	20,0	1	10,0	3	30,0	4	40,0
TOTAL	65	13	20,0	11	16,9	22	33,9	19	29,2

FONTE: Dados da Pesquisa

1/ Foram excluídas as pequenas empresas assistidas em 1977 e 1982, por não representarem o período anual completo.

assistência técnica, até 1981. Como se pode observar, a maior concentração se verificou em 1980, coincidindo com o período em que participavam dois agentes financeiros na liberação do crédito, analisadas posteriormente.

A receptividade da intervenção e sua avaliação por parte dos empresários, por instrumento de ação, serão abordados em seguida.

(a) Assistência Técnica

Os empresários pesquisados, quase em sua totalidade, consideraram como muito boa a intervenção da equipe de assistência técnica, tanto nos aspectos de orientação técnica como nos treinamentos gerenciais por ela promovidos. Quanto a intensidade das visitas aos pequenos estabelecimentos, também foi considerada satisfatória.

(b) Crédito Orientado

Apesar da orientação ter sido considerada boa, o crédito em si deixou muito a desejar, decorrendo uma série de frustrações nos empresários, principalmente em alguns casos de ser a primeira vez em que utilizavam o crédito bancário, tornando por vezes à imagem do agiota, a do amigo (10).

A Tabela 16, mostra como foram distribuídos os empréstimos por Bancos, segundo os setores de atividade. A média do valor total dos financiamentos concedidos foi de Cr\$ 353.000,00 aproximadamente. Considerando por setor de atividade, o comércio apresentou o valor médio mais baixo por empréstimo, com Cr\$ 304.600,00, a preços de 1982, seguido do setor indústria com Cr\$ 319.400,00 e a média mais elevada no setor de serviços, com Cr\$ 662.600,00. Convém salientar que estes valores correspondem ao valor médio líquido dos financiamentos concedidos e atualizados. Se considerado por empresa, esta média se eleva em virtude das repetições, ou sejam: 86 empréstimos para as 70 empresas pesquisadas. O setor comércio

TABELA 16 - Empréstimos concedidos às pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Pa
raibano, segundo as fontes e setores de atividade. Período: 1977 a outubro de
1982.

Setor de Atividade	Nº de Empresas	Total Empréstimo		BNB S/A		BEP S/A ^{1/}	
		Nº	Valor (1.000)	Nº	Valor (1.000)	Nº	Valor (1.000)
<u>COMÉRCIO</u>	41	53	16.142,8	15	4.120,3	38	12.022,5
Empréstimo médio			304,6		274,7		316,4
<u>INDÚSTRIA</u>	19	23	7.346,1	8	2.783,2	15	4.562,9
Empréstimo médio			319,4		347,9		304,2
<u>SERVIÇOS</u>	10	11	7.289,0	3	4.779,6	8	2.509,4
Empréstimo médio			662,6		1.593,2		313,7
<u>TOTAL</u>	70	87	30.777,9	26	11.683,1	61	19.094,8
Empréstimo médio			358,8		449,3		313,0

FONTE: Dados da Pesquisa

1/ Do valor solicitado, foi deduzido 12% (2% - fundo de risco, 3% - CEAG e 6,9% - IOF).

foi o que apresentou maior número de empréstimos por empresa, neste caso, a média se eleva para Cr\$ 393.700,00 e para os setores indústria e serviços se eleva para Cr\$ 386.600,00 e Cr\$ 728.900,00, respectivamente.

Quanto a fonte dos empréstimos, foi significativa a participação do Banco do Nordeste do Brasil S/A e do Banco do Estado da Paraíba S/A. O Banco do Brasil S/A atendeu apenas a um pequeno número das solicitações de forma esporádica não sendo considerado neste estudo. Nas empresas pesquisadas o BNB S/A até 1980, alocou aproximadamente 38% do total dos empréstimos.

Os empréstimos concedidos e utilizados em capital de giro das empresas representaram cerca de 68% do total dos contratos, enquanto que para implantação de novas unidades, só aproximadamente 6% (Tabela 17).

A Tabela 18, evidencia a situação de reembolso dos usuários do crédito. Como se pode constatar, o maior índice de inadimplência ficou com o BEP S/A. No entanto, considere-se sua efetiva participação a partir de 1980. Segundo alguns gerentes os atrasos identificados ainda em sua maioria, não devem ser considerados como inadimplentes.

No que diz respeito aos mutuários em atraso, os do BEP S/A, com até 3 parcelas foi cerca de 38,5%, os quais alegaram esquecimento, dificuldade de deslocamento, doença e demora na distribuição dos carnês. Os usuários com atraso superior a 3 parcelas ou seja, aproximadamente 53,8% alegaram deficiência do Banco na falta de cobrança e distribuição de carnês, confessaram o desvio do dinheiro para a aquisição de imóveis e atribuíram ao mercado fraco. Quanto aos usuários do BNB S/A a participação foi de aproximadamente 7,7% com até 3 parcelas.

Outro aspecto considerado pelos empresários pesquisados, diz respeito a demora da liberação dos empréstimos. Dos

TABELA 17 - Finalidade dos empréstimos concedidos às pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo a fonte, por setor de atividade - Período: 1977 a outubro de 1982

Setor de Atividade e Finalidade do Empréstimo	Total de Contratos	BNB S/A	BEP S/A
		%	%
<u>COMÉRCIO</u>	53	28,3	71,7
. Implantação	3	-	100,0
. Modernização	5	40,0	60,0
. Capital de giro	44	27,3	-
. Misto	1	100,0	-
<u>INDÚSTRIA</u>	23	34,8	65,2
. Implantação	-	-	-
. Modernização	9	44,4	55,6
. Capital de giro	11	27,3	72,7
. Misto	3	33,3	66,7
<u>SERVIÇOS</u>	11	27,3	72,7
. Implantação	2	50,0	50,0
. Modernização	5	40,0	60,0
. Capital de giro	4	-	100,0
. Misto	-	-	-
<u>TOTAL</u>	87	29,9	70,1
. Implantação	5	20,0	80,0
. Modernização	19	42,1	57,9
. Capital de giro	59	25,4	74,6
. Misto	4	50,0	50,0

FONTE: Dados da Pesquisa

26 empréstimos concedidos pelo BNB S/A no público pesquisado, cerca de 31% dos empresários não recordavam a demora na liberação e os 69% restantes alegaram ter sido inferior a 30 dias. Quanto aos usuários do BEP S/A, para os 61 empréstimos concedidos, aproximadamente 20% não recordaram a demora na liberação e os 80% restantes tiveram em média uma demora na liberação de cerca de 100 dias.

Outrossim, observações de campo constataram, além das exigências excessivas para liberação do crédito, e como se não fosse suficiente, um desconto de 12% sobre o total solicitado, algumas agências do BEP S/A "exigiam" a aquisição de ações do Banco ou seguros, no momento da liberação. No entanto, a nível de direção da Carteira de Crédito Industrial, tomou-se conhecimento de que tal ocorrência não se repetiria.

TABELA 18 - Situação do Atraso de Parcelas de Reembolso dos Empréstimos concedidos aos pequenos empresários assistidos pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo a fonte e os setores de atividade. Período: 1977, a outubro de 1982.

Setores de Atividades	Total de Parcelas em Atraso <u>1/</u>	BNB S/A (%)		BEP S/A (%)	
		Até 3	Mais de 3	Até 3	Mais de 3
Comércio	5	-	-	40,0	60,0
Indústria	7	14,3	-	28,6	57,1
Serviços	1	-	-	100,0	-
TOTAL	13	7,7	-	35,5	53,8

FONTE: Dados da Pesquisa

1/ Considerou-se parcelas mensais de reembolso.

(c) Treinamento de Mão-de-Obra

Do total das pequenas empresas pesquisadas, aproximadamente 6% tiveram participação nos treinamentos de mão-de-obra ministrados, sendo de reconhecida importância por parte dos empresários.

Segundo observações de campo, tal comportamento está diretamente correlacionado com a frustrada expectativa do gradativo desenvolvimento da área, em decorrência dos três anos consecutivos de estiagens. Podendo-se supor no entanto que a participação deste instrumento e seus resultados em etapas posteriores serão mais satisfatórios, desde que haja uma maior participação dos empresários da área, no delineamento da programação de cursos.

(d) Unidade de Pesquisa e Demonstração

Os empresários pesquisados alegaram não terem participado das demonstrações promovidas pela Unidade; em parte, tal aspecto é explicado pela especificidade da atuação deste instrumento, o qual diz mais a respeito ao setor indústria. Por outro lado, a previsão de excedentes para beneficiamento e/ou industrialização ainda não começaram a se verificar na intensidade prevista. No entanto, mais uma vez, pode-se constatar que a participação mais efetiva do público-meta no delineamento da programação, assume significativa importância. Porém, para que isto ocorra o cadastramento torna-se um instrumento imprescindível, e cuja importância não foi reconhecida na intensidade devida.

3.2 - Análise dos Indicadores

(a) Receita Total/Custo Total - os resultados encontrados evidenciam qual o montante de receita total que é gerado por cada Cr\$ 1,00 gasto nos custos totais. A posição desta relação.

é considerada nos períodos em estudo (t_0 e t_1), abrangendo o total das empresas pesquisadas e por setores de atividade. Conforme a Tabela 19, para o total de empresas, houve um incremento de 0,03 entre os períodos considerados, ou seja, cerca de 2,4%, ao passar de 1,24 em " t_0 " para 1,27 em " t_1 ". Considerando por setor de atividade, houve incrementos nos setores comércio e serviços com respectivamente 4,3 e 10,1% aproximadamente, enquanto que o setor indústria teve uma redução de cerca de 2,9%. Tal resultado, esperava-se que fosse mais elevado; porém, a já comentada queda no poder aquisitivo, explica-o parcialmente; no entanto, pode-se constatar que a redução dos custos para o total das empresas, entre os períodos estudados (cerca de 3,08%), foi maior que a redução da receita total (aproximadamente 0,49%), evidenciando assim a possibilidade de se deduzir que os empresários de um modo geral, após a assistência, tiveram comportamentos gerenciais mais racionais. Apesar de tudo, acredita-se que houve uma superestimação dos custos, em parte decorrente da ausência de registros contábeis, bem como pelo fato dos entrevistados temerem represálias fiscais até para margens normais de lucros.

(b) Renda Líquida/Capital - pelos resultados, fica evidenciada a Rentabilidade do Capital, ou seja, qual o retorno em renda líquida para cada Cr\$ 1,00 investido na empresa, nos períodos considerados, para o total das empresas pesquisadas e segundo os setores de atividade. Considerando o total das empresas, houve um decréscimo de 0,01 no retorno de cada Cr\$ 1,00 investido, entre os períodos considerados, ou seja, aproximadamente - 25%. Por setor de atividade, o comportamento foi homogêneo, todos apresentaram reduções, porém, tal comportamento pode-se atribuir ao crescimento do capital investido para o conjunto das empresas ter sido muito superior ao crescimento da receita líquida, os quais foram de respectivamente 38,7 e 10,4% aproximadamente. Além da queda na receita total, a aquisição de equipamentos, elevação dos estoques e outros itens incrementados, necessitam de um período maior para a

TABELA 19 - Indicadores considerados para as pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, segundo os setores de atividade.

Indicadores	Setores de Atividade							
	Comércio		Indústria		Serviços		Total	
	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁
Receita Total/Custo Total	1,17	1,22	1,39	1,35	1,38	1,52	1,24	1,27
Renda Líquida/Capital	0,04	0,03	0,04	0,03	0,03	0,02	0,04	0,03
Capital/Mão-de-Obra ^{1/}	1.064,20	1.031,50	1.110,50	1.035,40	1.102,10	729,50	1.086,00	990,70
Renda Líquida/Mão-de-Obra ^{1/}	39,30	34,20	41,40	27,50	36,80	17,00	39,9	29,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Resultados da Pesquisa Atualizados

^{1/}Valores em Cr\$ 1.000,00 de 1982. (Média por empresa)

maturação dos investimentos e sua conseqüente estabilidade e econômico-financeiro; além do mais, constitui um aspecto típico do investimento, apresentar variações violentas em seu curso, à frente ou na direção oposta da renda (12).

(c) Capital/Mão-de-Obra - este indicador (Densidade de Capital) apresentou qual o montante de capital por pessoa ocupada na empresa. Considerando o total de empresas, houve um decrêcimo entre os períodos estudados de aproximadamente - 8,8%, tendo em vista que, no período "t₀", era de Cr\$ 1.086.000,00 e no período "t₁", o resultado desta relação passou a ser Cr\$ 990.700,00 aproximadamente. Por setor de atividade, todos apresentaram decrêscimos, sendo o mais significativo o do setor de serviços, com aproximadamente - 33,8% que passou de Cr\$ 1.102.100,00 para Cr\$ 729.500,00 e, "t₁". Os setores comércio e indústria apresentaram menores reduções com respectivamente - 3,1 e - 6,8%; isso significa que, o setor comércio passou de Cr\$ 1.064.200,00 para Cr\$ 1.031.500,00 aproximadamente, enquanto que o setor indústria passou de cerca de Cr\$ 1.110.500,00 para Cr\$ 1.035.400,00. De um modo geral, os decrêscimos são decorrentes do incremento no número de pessoas ocupadas (cerca de 52,0%) ser mais que proporcional ao incremento do capital (aproximadamente 38,7%) entre os períodos considerados. Por outro lado, verifica-se a maior redução no setor de serviços, no qual pode-se constatar um menor requerimento de imobilizado técnico. Já o setor indústria, apesar de ter apresentado o mais elevado montante, comparando-se esta relação com a mesma para os Projetos Industriais do FINOR aprovados pela SUDENE ⁽⁰³⁾, tendo em ambas seus valores a preços de 1982, observa-se que na segunda, o investimento necessário por emprego é aproximadamente 7 vezes maior que nas pequenas indústrias, com respectivamente cerca de US\$ 31 900 e US\$ 4 800 (o dólar corresponde a taxa cambial média ponderada para 1982, ou seja, Cr\$ 215,30).

Além do mais, é reconhecido que na opção da sociedade por uma política de absorção de mão-de-obra, está associa

da a fundamentação de que o trabalho produtivo requer algum capital (sob forma de equipamento e/ou capital de giro), bem como, de quanto capital a sociedade pode dispor para estabelecer um novo emprego. (22).

(d) Renda Líquida/Mão-de-Obra - os resultados encontrados evidenciam quanto da renda líquida é gerada por pessoa ocupada. Considerando o total das empresas pesquisadas, houve um decréscimo de cerca de - 27,3% que passou de Cr\$ 39.900,00 para aproximadamente Cr\$ 29.000,00 em "t₁". Por setor de atividade; o maior decréscimo verificou-se no setor de serviços com - 53,8%, ou seja de Cr\$ 36.800,00 para Cr\$ 17.000,00. Os demais setores, comércio e indústria, apresentaram reduções, com respectivamente -13,0 e -33,6% aproximadamente (comércio de Cr\$ 39.300,00 para Cr\$ 34.200,00 e indústria de Cr\$ 41.000,00 para Cr\$ 27.500,00). Quanto a estes resultados, decorrem do fato de que em todos os setores ocorreram elevação no nível de ocupação de mão-de-obra mais que proporcional ao incremento da receita líquida, principalmente no setor serviços, o qual obteve cerca de 128,6% de incremento no pessoal ocupado, enquanto que a receita líquida aumentou de aproximadamente 5,4%, entre os períodos considerados.

3.3 - Análise dos Instrumentos de Apoio

A análise versará sobre a compatibilidade dos instrumentos de apoio utilizados no subprojeto com os objetivos apregoados no Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano, em suas respectivas estratégias de ação.

Outrossim, foi possível constatar as retroalimentações que se fizeram presentes quando de sua implementação, sempre na busca de tornar mais eficiente a operacionalização

para atingir os objetivos perseguidos. Em primeiro lugar, constatou-se que o POLONORDESTE não contemplou com o Crédito as pequenas empresas, apesar de ser considerado um dos mais importantes instrumentos, que na programação original é mencionada sua importância, ou seja: O crédito será o instrumento de maior repercussão, seu adequado delineamento é indispensável à viabilização do subprojeto", e ainda "Ficará sob a responsabilidade dos Bancos Oficiais o desempenho deste instrumento, cabendo a escolha do agente financeiro aos órgãos responsáveis pela análise e aprovação do Projeto"⁽⁰⁵⁾. Em segundo lugar, conforme a mesma fonte, é mencionada a importância de bom nível de interação com alguns dos demais subprojetos, o que lamentavelmente não se observou na intensidade desejada.

A seguir, serão comentados alguns aspectos da estratégia de ação por instrumento de apoio, que consiste em assistência técnica, crédito orientado, treinamento de mão-de-obra, pesquisa e demonstração tecnológica e o confronto entre as metas programadas e alcançadas.

3.3.1 - Assistência Técnica

O CEAG-PB, além de órgão responsável pelas ações de assistência técnica e orientação do crédito, é o responsável pela coordenação dos demais instrumentos de apoio. No desempenho de suas atividades foi possível constatar, segundo a pesquisa, o bom nível de aceitação e a boa qualidade dos serviços prestados às pequenas empresas. A equipe regional, composta de 4 técnicos de formação multidisciplinar e 2 auxiliares, reduziram o tempo gasto na elaboração de cada proposta de crédito, passando de 30 dias técnico/proposta em 1978, para 5 dias técnico em 1982. Ao mesmo tempo, a metodologia de assistência técnica, inclusive o treinamento gerencial, tornaram-se mais compatíveis com a realidade apresentada. Esta compa

tibilidade é traduzida no esforço de maior acompanhamento e composição dos treinamentos, onde se verifica além da distribuição de material de fácil compreensão, a busca de identificação dos anseios dos usuários do programa, efetivos ou em potencial.

Quanto a disponibilidade de tempo da equipe, seria suficiente se não existissem ocupações adicionais às previstas pela programação inicial. A equipe, além da responsabilidade de elaboração de 2 relatórios mensais, um para o CEBRAE e outro para o POLONORDESTE, nos quais os aspectos quantitativos são preponderantes, é envolvida em atividades de cobrança e outras associadas ao crédito, que deveriam ser de responsabilidade dos agentes financeiros.

A seleção de beneficiários, considerando também dados de maior compatibilidade com os objetivos do Projeto, poderia ter sido melhor, se as recomendações da programação inicial de cadastramento do público-meta e de bom nível de interação no subprojeto e com alguns dos demais tivessem se verificado. Ao mesmo tempo, em decorrência do exposto, foi possível constatar no universo da pesquisa, um grande desperdício de tempo gasto na elaboração de propostas, nas quais os beneficiários viriam a desistir antes e após seu encaminhamento aos Bancos.

3.3.2 - Crédito Orientado

Apesar de mencionada sua importância, o crédito apresentou-se inconstante durante o período em estudo. Inicialmente, pelo pequeno volume requerido, os responsáveis pelo segmento de crédito à nível do POLONORDESTE, alegaram a inviabilidade de oficializá-lo no programa, como ocorria com o crédito rural, funcionando conseqüentemente, desprovido de qual

quer instrumento formal entre os agentes financeiros e o Programa.

Em decorrência das negociações diversas, atingiu-se a sensibilidade do BNB S/A, o qual através de seu Departamento de Crédito Rural, alocou recursos atendendo a modalidade de empréstimo solicitada às suas agências, cuja jurisdição abrangia a área do Projeto, e a linha de crédito especial era denominada PENAGRI. Com grande envolvimento, sensibilização e desprendimento dos gerentes e pessoal envolvido, teve ótimo desempenho. No entanto, a participação do BNB S/A, se verificou com recursos próprios do Banco e foi desprovida de formalidades (convênios e outros), uma vez que alegavam o caráter pioneiro e experimental do segmento. Conseqüentemente, a linha especial de crédito passou a ser gerida pelo Departamento de Indústria e posteriormente em 1980, sem nenhuma justificativa, esta linha de crédito deixou de ser operacionalizada por falta de recursos, até o momento.

Também como resultado das entrevistas realizadas, constatou-se o reconhecimento da importância da atuação em Pequenas Empresas por parte dos gerentes das agências envolvidas do BNB S/A. Ao mesmo tempo, constatou-se que não houve nenhuma ingerência por parte do CEAG-PB ou dos organismos de coordenação do POLONORDESTE quanto a desativação da linha especial de crédito, junto a direção geral do BNB S/A, aceitando-se a situação, apesar de o índice de inadimplência ter sido quase nulo. A falta de um esforço de negociação conjunta, foi o principal motivo de sua desativação, bem como a redução dos contatos entre os executores.

A partir de 1980 teve início a participação do BEP S/A, sem definições concretas quanto a operacionalização, gerou inicialmente um período de parcial descrédito ao segmento. A nova atuação não era específica para a área do Projeto,

e os gerentes das agências envolvidas, de um modo geral, não estavam sensibilizados, apesar de no momento alegarem ser qu se nula a taxa de inadimplência, mesmo considerando alguns atrasos considerados normais. As agências atuam como meros receptores de propostas, uma vez que há centralização em João Pessoa para análise e deliberação, fato este segundo informa ção de alguns gerentes, decorrentes de recomendação do Banco Central. Na operacionalização desta linha de crédito, oriunda de um convênio SEPLAN/CEBRAE, não houve interveniência do POLONORDESTE, que por sua vez passou a não ter nenhuma ing rência nas distorções que se fizeram presentes. A participa ção nos recursos SEPLAN/CEBRAE é de respectivamente 42,4% e 57,6%.

No que diz respeito a taxa de juros, enquanto com o BNB S/A situava-se em torno de 18% ao ano, passou com o BEP S/A a ser de 25% ao ano e com mais 12% de encargos adicionais a serem descontados de imediato do montante do valor solicitada do. A composição dos encargos adicionais tem a seguinte composi ção:

- 2,0% para um fundo de risco
- 3,0% para o CEAG
- 6,9% para o IOF - Imposto Sobre Operações Financeira ras.

Da taxa de jutos de 25%, os agentes financeiros detinh am apenas 3%, o que desestimulava as operações.

Até o momento, esta linha de crédito visa o atendimen to às Pequenas Empresas do Estado, sem tratamento diferenci ado para áreas dos PDRI's. Outra informação importante refere re-se a pretensão de efetiva integração do BEP S/A nos trabalho s de seleção de usuários da equipe do CEAG, visando a capta ção de clientes. Dentre outras observações se constatou caso s em que além do desconto de quase 12% do valor solicitado, alguns gerentes induziam o pequeno empresário a fazer seguro para o empréstimo e/ou compra de ações do Banco, no momento

Em parte, a falta de motivação na operacionalização da mencionada linha de crédito, deveu-se a falta de controle quando do seu lançamento, atingindo conseqüentemente uma taxa de inadimplência de 35%, o que não ocorreu na área em estudo, onde esta taxa, segundo os gerentes visitados, situa-se em cerca de 1%.

Quanto ao BB S/A, as negociações iniciais resultaram apenas em recomendações da Direção Geral para as agências da área, para terem um tratamento especial aos usuários encaminhados pela equipe de assistência técnica, apenas nas linhas de crédito já existentes, as quais na maioria das vezes encontram-se comprometidas com renovações de usuários anteriores. Sua participação foi muito modesta, resumindo-se a algumas escassas operações.

3.3.3 - Treinamento de Mão-de-Obra

A programação inicial pertinente ao treinamento de mão-de-obra, confrontada com sua implementação, apresentou poucas modificações, sem repercussões nos seus objetivos. Era previsto a coordenação do treinamento ficar a cargo do PIPMO-Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, não se verificando em virtude de haver se concluído das vantagens de coordenação centralizada para o subprojeto. O artesanato D. Adauto, pela importância de seus trabalhos, porém, incompatíveis com o público-meta previsto, recebeu do Projeto, no início, o apoio necessário à melhoria de seu desempenho tradicional.

O SENAI e o SENAC são os responsáveis efetivos pelo treinamento para os setores secundário e terciário respectivamente.

As expectativas iniciais de criar uma oferta de mão-de-obra qualificada às empresas da área e fora dela se necessário, e também de transformar parte dos egressos em trabalhadores autônomos ou microempresários, não se concretizaram na intensidade prevista, devido a fatores adversos, principalmente das repercussões das estiagens na economia local.

Contudo, a estratégia de ação pode ser considerada eficiente, apesar de se poder reforçar com a pesquisa, o caráter dinâmico deste instrumento, a flexibilidade na intervenção além da necessidade de maior complementariedade com as ações da assistência técnica, visando o engajamento de parte dos egressos de forma individual ou não no universo dos pequenos empresários.

Quanto aos tipos de cursos ministrados até 1982, na área do Projeto, foram os seguintes:

SENAI	SENAC
Pedreiro	Datilografia
Bombeiro hidráulico	Iniciação a serviços de escritório
Marceneiro	Auxiliar de enfermagem
Serralheiro	Auxiliar de cabeleireiro
Mecânico de automóveis	Auxiliar de armazenamento
Eletricista geral	Técnica de vendas
	Correspondente comercial
	Auxiliar de escrituração fiscal.

Dos municípios da área do Projeto, mais de 60% foram contemplados com cursos profissionalizantes. De acordo com as informações resultantes da pesquisa realizada pelo SENAI, em janeiro de 1982, abrangendo o período 1978-81, foram entrevistados 325 dos egressos, dos quais alguns resultados serão mencionados:

81% permaneceram na região após o curso

12% foram incorporados ao mercado de trabalho na ocupação aprendida, sendo 7% por conta própria, destes apenas 5,6% conseguiram estabelecer-se com financiamento do Subprojeto.

De modo geral, o treinamento profissionalizante de mão-de-obra não correspondeu as expectativas, apesar dos esforços que foram envidados.

Para o treinamento para o setor terciário, apesar da insuficiência de dados quantitativos, os problemas são semelhantes quanto aos egressos, uma vez que a incidência dos aspectos conjunturais são semelhantes.

3.3.4 - Pesquisa e Demonstração

Apesar da importância deste instrumento de apoio, executado pela UFPB no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras, foi possível através da presente pesquisa, algumas observações pertinentes, principalmente quanto a sua desarticulação com os demais instrumentos, principalmente a assistência técnica e coordenação do Projeto. As dificuldades de ordem financeira também tiveram sua parcela de responsabilidade.

Atualmente, a pesquisa e demonstração tecnológica encontra-se dentro de uma nova modalidade de atuação através da realização de cursos e transferência de tecnologia endógena.

Como ocorre com a assistência técnica, a precária interação com alguns dos segmentos voltados ao setor agrícola, faz com que as ações estejam mais concentradas em áreas urbanas, não tendo se verificado a reconhecida importância de um trabalho conjunto com a extensão rural, principalmente a parte de extensão social em seus núcleos de integração rural

(NIR's), bem como comercialização e artesanato.

3.4 - As Metas Previstas e Alcançadas

Conforme a Tabela 20, foram considerados os dados acumulados até junho/82. Conforme as informações disponíveis na CEPA-PB (06), se avaliadas quantitativamente as realizações, de um modo geral pode-se considerar satisfatórias, levando-se em conta o pioneirismo subprojeto, as irregularidades de fluxo financeiro e os aspectos exógenos à programação. No entanto, os aspectos qualitativos ainda não podem ter um nível de aprofundamento ideal, o instrumental analítico é incipiente.

Considerando por atividades do Subprojeto, observa-se que a assistência técnica atingiu aproximadamente 76,9% das metas previstas no Projeto, no entanto se considerados os Planos Operativos Anuais, os quais são instrumentos flexíveis que visam através das retroalimentações a compatibilidade da programação básica com a realidade presente, o nível de atingimento foi cerca de 117,9%. Quanto a contratos de crédito, com relação ao Projeto, foi atingido cerca de 74,7% e frente aos POA's 78,3% aproximadamente. Os treinamentos profissionalizantes realizados, quando relacionados com o Projeto atingiu 47,2% aproximadamente e com os POA's por cerca de 83,1%. No que diz respeito a demonstrações tecnológicas, foram realizadas 113,3% com relação ao Projeto e cerca de 60,7% quanto aos POA's. As demais atividades, não constaram da programação básica, foram contempladas pelos POA's e foram totalmente realizadas, ou sejam, estudo sobre a mandioca e estudos de oportunidades de investimentos.

Convém destacar que, existe uma preocupação muito grande com as metas físicas, no tocante a quantificação, fi

TABELA 20 - Comparação entre as metas físicas do Subprojeto e planos operativos anuais, com as realizações. Períodos: outubro/77 a junho/82.

Atividade do Subprojeto	Unidade	Metas			Percentual de Atingimento	
		Previsas no Projeto	Previsas no POA's (*)	Realizadas até jun/82	Do Projeto	Dos POA's
Assistência Técnica a Pequena Empresa	empresa	1.000	675	769	76,9	117,9
Contratos de Crédito	contrato	605	460	452	74,7	98,3
Treinamentos Profissionalizantes	curso	250	142	118	47,2	83,1
Pesquisa e Demonstração de Tecnologias	curso	30	56	34	113,3	60,7
Estudo sobre a Mandioca	estudo	-	1	1	-	100,0
Elaboração de Estudos de Oportunidades	estudo	-	14	15	-	107,1

FONTE: CEPA-PB (04)

(*) Planos Operativos Anuais.

cando relegado a um segundo plano sua qualificação. Tal aspecto assume maior importância quando se constata na composição dos itens quantificáveis como metas, elementos indefinidos e que não contribuem para os objetivos dos Projetos. Tal comentário acredita-se, que pode ser extrapolado para uma grande parte de programas e projetos em execução.

4 - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

4.1 - Conclusões

Este trabalho tentou mostrar as repercussões da atuação em pequenas empresas não agrícolas como instrumento de apoio no Desenvolvimento Rural Integrado. Procurou-se analisar prioritariamente os aspectos de renda e emprego do público-meta efetivamente assistido. A pretensão do Projeto de atingimento de uma estrutura agroindustrial de maior porte, e presumivelmente cooperativada, encontra-se implícita. Conseqüentemente, as experiências anteriores demonstram que, a formação de uma mentalidade empresarial decorrente apenas de fatores exógenos como incentivo, não tem se apresentado muito consistente. Outrossim, parece que foi esquecido a existência de sólidas empresas que tiveram seu início como pequenos negócios em regiões interioranas, com baixo custo social para o seu desenvolvimento.

Reconhece-se a abrangência do problema estudado e conseqüentemente as limitações deste trabalho, levando-se em conta as grandes dificuldades, inclusive a coincidência da implementação do Projeto com um período de estiagens na Paraíba e no Nordeste, o qual inibiu parcialmente os resultados perseguidos. Contudo, conseguiu-se explicitar algumas conclusões julgadas importantes que são as seguintes:

(a) Os resultados alcançados pelas pequenas empresas assistidas evidenciam uma melhoria no nível empresarial do proprietário e um incipiente processo de capitalização, traduzidos na queda do faturamento com elevação na receita líquida, situação patrimonial e nível de emprego.

(b) O tratamento fiscal-tributário não tem a simplicidade necessária à compreensão dos empresários, conseqüentemente, dificultando o desenvolvimento dos pequenos estabelecimentos, para os quais, a política governamental tem sido orientada com o objetivo de fortalecê-los.

(c) A seleção dos beneficiários é deficiente em virtude de não predominar atividades mais compatíveis aos objetivos do Subprojeto, atribuindo-se a falta de cadastramento previsto para o público-meta e, precária interação entre os órgão executores e com outros subprojetos, o que permitiria também uma maior interiorização das ações.

(d) O Crédito deveria ter sido contemplado pelo Programa, ou então, no mínimo, ter dele ingerência. No entanto, constatou-se até a falta de participação nos Convênios existentes. E, no tratamento indiscriminado dos agentes financeiros, de modo geral, fica evidenciada a falta de reconhecimento dos custos de implementação e objetivos do Subprojeto.

(e) Da análise dos indicadores e observações de campo, pode-se constatar a potencialidade de atuação e atingimento de metas mais ambiciosas, desde que haja um aprimoramento na seleção dos beneficiários, uma vez que, a necessidade de capital por pessoa ocupada apresentou-se relativamente baixa e decrecente.

(f) Finalmente, verificou-se que há necessidade de revisão na estratégia de ação do treinamento de mão-de-obra, em virtude do baixo nível de atingimento às empresas, bem como, da pesquisa e demonstração de tecnologias, da assistência técnica e dos agentes financeiros.

4.2 - Limitações

Para estudos orientados para pequenas empresas, com base em variáveis sócio-econômicas, precisam ser reconhecidas suas limitações. Entre essas limitações deve-se considerar prioritariamente a falta de capacidade gerencial do empresário, que limita o controle das informações e registros de suas atividades. Tal deficiência, torna por vezes incompatível a utilização do instrumental teórico recomendável. Considerando esse aspecto, aliado a sua localização em áreas interioranas, as deficiências se apresentam mais acentuadas, dificultando a formulação de recomendações que se apoiem em princípios econômicos.

Neste estudo são identificadas as seguintes limitações:

(a) Por tomar como base o acervo de informações em dois períodos de forma estática, alguns instrumentos de análise foram adaptados a essa realidade, considerando as dificuldades de obtenção dos dados. O caso mais evidente é o da renda, no qual foi necessário a suposição de que não houve variação nos estoques e o auto-consumo foi nulo.

(b) Nos custos, não foram incluídos a remuneração do empresário e o juro sobre o capital empatado, os quais contribuem para a elevação dos custos das pequenas empresas. No entanto, se consideradas as limitações pertinentes a renda (item "a") as variações na relação entre essas variáveis, supõe-se que sejam anuladas.

(c) A alternativa de se fazer também comparações entre as empresas assistidas e não assistidas, foi inviabilizada em virtude dos dados existentes na pesquisa realizada antes da implementação do Projeto, ter abrangido um universo com características bastante diferenciadas do referente ao presente estudo.

(d) Algumas variáveis consideradas neste estudo, foram inseri

das com a finalidade de ampliar a caracterização dos objetos de análise, sem a pretensão de correlacioná-las em uma análise sócio-econômica, mas para permitir comparações posteriores ou com estudos correlatos. Como exemplo a idade e grau de instrução dos empresários.

4.3 - Sugestões Para Pesquisas Posteriores

Com base nos resultados deste estudo, faz-se as seguintes sugestões:

(a) Como a maior parte dos dados sobre as pequenas empresas estudadas são oriundas da memória dos empresários, foi impossível uma análise sócio-econômica mais completa. Consequentemente, sugere-se que seja disseminado nas pequenas empresas um modelo simplificado de registro, para que possam oferecer respostas mais precisas às pesquisas futuras. Estas respostas, por outro lado, viabilizariam delineamentos mais adequados de políticas para as mesmas e/ou retroalimentações mais precisas nos programas já existentes.

(b) As limitações decorrentes da falta de informações nos órgãos executores dificultam o processo de acompanhamento e avaliação, em decorrência, sugere-se o desenvolvimento de um sistema de registro mais adequado e com informações compatíveis às reais necessidades dos instrumentos de análise sócio-econômica.

(c) Sugere-se, também, que outros estudos sejam realizados de forma sistemática, perseguindo os mesmos objetivos deste estudo, visando a ampliação dos conhecimentos sobre o assunto.

5 - RESUMO

O desenvolvimento da agricultura se faz acompanhar da liberação de mão-de-obra engajada no setor, em função do conseqüente aumento da produtividade da mesma. Por este fato, uma das recomendações da estratégia do Desenvolvimento Rural Integrado, consiste na criação de oportunidades de ocupação local da mão-de-obra, as quais, ao mesmo tempo, participam da elaboração de bens e serviços também necessários ao setor a grícola, cujo nível de renda se pressupõe crescente.

Foi neste pensamento que foi inserido no Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do - Brejo Paraibano, a primeira experiência de utilização de um componente que atuasse nas pequenas empresas não agrícolas. Tal experiência, foi posteriormente extrapolada para outros PDRI's do POLONORDESTE e para outros países.

A programação inicial teve todo respaldo teórico, e foi minuciosa em seus detalhes; os instrumentos de apoio previstos eram a assistência técnica, crédito orientado, treinamento profissionalizante da mão-de-obra e pesquisa e demonstração tecnológica.

No entanto, pelo fato de nenhuma avaliação específica ter sido feita, após quase 5 anos de sua implementação, o presente trabalho se propõe a uma primeira aproximação de avaliação do impacto nas pequenas empresas assistidas efetivamente com crédito, bem como, da estratégia de ação dos instrumentos de apoio utilizados.

O estudo teve por base uma pesquisa direta abrangendo 70 pequenas empresas e entrevistas aos órgãos executores, com acesso a seus relatórios e documentos pertinentes.

As análises, sempre que possível comparativas, consideraram o momento da primeira assistência (t_0) e o momento da pesquisa (t_1).

Os pequenos empresários beneficiados possuem idade média de 39 anos, apesar do baixo nível de instrução, 10% são iletrados e quase 80% são naturais da área do Projeto, quase que a totalidade são reconhecidos a intervenção do Programa e ambicionam expandir suas atividades. Cerca de 10% tem ocupação paralela no setor agrícola, coincidindo com os que trabalhavam anteriormente neste setor.

As pequenas empresas assistidas apesar de apresentam de um modo geral as repercussões positivas da intervenção, evidenciaram o reflexo das estiagens que abalaram a renda no setor agrícola, através da queda de aproximadamente 0,5% no faturamento bruto médio, entre os períodos t_0 e t_1 . No entanto a receita líquida no mesmo período cresceu em cerca de 10,4% e a situação patrimonial em aproximadamente 38,7%. Este fato, evidenciou a melhoria do nível empresarial após a assistência.

Foi observado também, que pela falta de ingerência do Projeto no crédito, ocorreram algumas distorções. Outrosim, aliado a deficiente interação no próprio subprojeto e dele com alguns do demais, acarretaram uma seleção de beneficiários que poderia ter sido melhor, inclusive com maior interiorização das ações e maior aproximação com o setor agrícola.

O nível de ocupação da mão-de-obra apresentou-se significativo entre os períodos considerados, cresceu de aproximadamente 52,0%, evidenciando também importância da mão-de-obra familiar que no momento da pesquisa participava com 37,6% aproximadamente do total de pessoas ocupadas, apesar do decréscimo entre os períodos " t_0 e t_1 " em cerca de - 1,2%. A idade do pessoal ocupado, exceto os proprietários apresentou maior

concentração na faixa etária de 10 a 30 anos, com aproximadamente 75%.

Com vista a avaliar a performance do Subprojeto nos períodos " t_0 e t_1 ", foram analisados, os seguintes indicadores: Receita Total/Custo Total, Receita Líquida/Capital, Capital/Mão-de-Obra e Renda Líquida/Mão-de-Obra. O capital por pessoa ocupada foi decrescente para os 3 setores de atividade apresentando para o período t_1 , o mais baixo nível para o setor serviços com cerca de Cr\$ 720.000,00 por pessoa ocupada e para os setores comércio e indústria aproximadamente Cr\$ 1.000.000,00 em cada.

Conclui-se da viabilidade de atuação em Pequenas Empresas não Agrícolas como instrumento de apoio aos PDRI's, ficando evidenciada a necessidade de consolidar sua participação através de maior ingerência do Programa, melhor interação no subprojeto com os demais e aprimoramento da seleção de beneficiários. Ao mesmo tempo são reconhecidas as limitações do estudo principalmente quanto a falta de registros na pequenas empresas e são apresentadas sugestões para as próximas pesquisas.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALBUQUERQUE, José Jackson Lima. Métodos de Amostragem. Fortaleza, UFC, 1971 - Mimeografado.
02. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Industrialização Rural no Nordeste do Brasil. Fortaleza, 1978.
03. _____. Análise de Alguns Indicadores - Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE no período 1960 a junho de 1979. ETENE. Fortaleza, jan, 1980, 38 p.
04. BUVINICH, Manoel Rojas. Avaliação Sócio-econômica do PDRI do Brejo Paraibano (Proposta Técnica apresentada a CEPA-PB). João Pessoa, out./82.
05. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA-PB. Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano. João Pessoa, 1977.
06. _____. PDRI - Brejo Paraibano - Avaliação Ex-post. João Pessoa, jan./83. 296 p.
07. DEBOEK, J. Guido. Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Rural da Paraíba. Banco Mundial - Relatório de Trabalho nº 14. João Pessoa, CEPA-PB, 1978.
08. EMPRESARIAL. Núcleo de Assistência Industrial da Paraíba. nº 53, abr./jun., João Pessoa, 1980.
09. FUENZALIDA, Luiz Arturo. Criação mais rápida de emprego e renda mediante a expansão e modernização de micro-em presas. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 7 nº 2 p. 253-84, abr./jun. 1976.

10. FUENZALIDA, Luiz Arturo. Microempresas: la creacion rapida y efetiva de empleo. AITEC.
11. GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Emprego no Nordeste: Sugestões de Políticas. BNB/ETENE, Recife 1979.
12. HEILBRONER, Robert L. Elementos de Macroeconomia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966, 267 p.
13. HOLANDA, Nilson. Elaboração e Avaliação de Projetos. Rio de Janeiro, APEC, 1969. 206 p.
14. KELLY, Maria do Socorro Barros. Força de Trabalho e Emprego no Nordeste, 1968-1972. Recife, SUDENE/DRH, 1978.
15. LEITE, Pedro Sisnando. Desenvolvimento Rural Através da Industrialização. Revista Econômica do Nordeste. v. 10, n. 3, p. 729-58, jul./set. 1979.
16. _____. Desenvolvimento Regional: Planejamento e Execução do Desenvolvimento Regional Rural Integrado. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 13, n.1, p. 185-218, jan./mar. 1982.
17. _____. Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1982.
18. LEME, Pedro Paes. El desarrollo do Microempresa: Um Manual Operacional. Cambridge, 1979.
19. PETRUCCI, Marco A. G. Subprojeto Pequenas Empresas não Agrícolas: Síntese Primeiro Ano de Atividades. CEPA/PB Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano, 1979.
20. REDWOOD, John. Relações Rurais-Urbanas e Projetos de Integração Rural - Urbana. Notas Preliminares, mar. 1982.

21. REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE. Desenvolvimento do Nordeste do Brasil: Diagnóstico e Sugestões de Políticas - Relatório Síntese. Separata de Desenvolvimento Regional. Fortaleza, v. 10, n. 2, abr./jun. 1979.
22. SCHUMACHER, E. F. O Negócio é ser Pequeno. Rio de Janeiro Zahar, 1977.
23. SCHUH, G. Edward. Imperfeições no mercado de trabalho e políticas econômicas para a pobreza rural no Brasil. Fortaleza, ago. 1976. Conferência UFC - Mimeografado.
24. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MICROEMPRESAS I. Porto Alegre, dez. 1978. Anais. RS. BADESUL.
25. TODARO, M. P. Introdução a Economia: Uma visão para o terceiro mundo. Trad. Eliane Leopoldino de Barro et al. Rio de Janeiro, Campus, 1981.
26. WALL, Nelson C. Manual para el desarrollo industrial. Georgia Instituto of Technology, Atlanta, 1979.
27. WEITZ, Reanan. Uma nova estratégia de desenvolvimento rural. Trad. Armando Sanford Lima e José Alexandre Orrico. Fortaleza, BNB, 1978.
28. _____. Desenvolvimento Rural Integrado. Trad. Alexandre Orrico. Fortaleza, BNB, 1979.

APÉNDICES

APÉNDICES

APÊNDICE A

SUBEMPREGO NO NORDESTE SEGUNDO OCUPAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO
MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO E EMPREGOS NA INDÚSTRIA

TABELA A1 - Nordeste: Subemprego, segundo a posição na ocupação por Setor de Atividade - 1972.

Posição na Ocupação	Total		Setor Agrícola		Setor Não Agrícola	
	Força de trabalho ocupada (A)	Subemprego (B)	Força de trabalho ocupada (A)	Subemprego (B)	Força de trabalho ocupada (A)	Subemprego (B)
		Taxa de Subemprego (B/A)%		Taxa de Subemprego (B/A)%		Taxa de Subemprego (B/A)%
Empregados	4.348	185	4,2	1.715	7	0,4
Autônomos	3.652	2.220	60,8	2.245	1.365	60,8
Trabalhadores familiares s/ remuneração	2.202	1.682	76,4	2.027	1.560	77,6
TOTAL (1)	10.202	2.705	26,5	5.987	1.650	27,6
					4.215	1.055
						25,0

FONTE: F. IBGE - PNAD - 1972 - 4º trimestre

Os dados referem-se à população de 10 anos e mais.

(1) Não estão incluídos os empregados.

TABELA A2 - Taxa de crescimento médio anual da população urbana e dos empregos na indústria, nas várias regiões e no total do país, de 1960 a 1970 (para empregos de 1959 a 1970).

Discriminação	Regiões			
	Sul	Sudeste	Nordeste	Brasil
População	3,44	2,65	2,48	2,90
População urbana	5,03	4,98	4,35	4,99
Emp. indústria	4,80	3,66	1,93	3,76

FONTE: Industrialização Rural no Nordeste do Brasil (02).

APÊNDICE B

SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO BÁSICA DO SUPROJETO PEQUENA EMPRESA
NÃO AGRÍCOLA

SÍNTESE DO SUBPROJETO PEQUENAS EMPRESAS NÃO AGRÍCOLAS

O Subprojeto Pequenas Empresas Não Agrícolas, foi criado com a finalidade básica de reduzir a emigração da área, oferecendo condições de ocupação local.

Para a consecução deste objetivo, após a identificação de inexistência de uma programação para as atividades econômicas de pequena escala não agrícola, na área, e considerar-se quanto as possibilidades de motivar o surgimento de novas unidades, e dinamização das existentes, partiu-se para uma programação constituída por 04 (quatro) instrumentos de ação, ou sejam: (a) Assistência Técnica; (b) Unidade de Pesquisa e Demonstração; (c) Treinamento de Mão-de-Obra; (d) Crédito Orientado.

Ao considerar-se a abrangência da Assistência Técnica, com utilização do mecanismo de crédito orientado, julgou-se válido que a responsabilidade com o Subprojeto ficasse a cargo do Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa da Paraíba - CEAG/PB. Ficando assim, com a seguinte estrutura institucional por instrumento:

<u>Instrumentos de Ação</u>	<u>Instituições Executoras</u>
- Assistência Técnica	- CEAG/PB (órgão responsável)
- Pesquisa e Demonstração	- UFPB
- Treinamento	- SENAI e SENAC
- Crédito	- BNB S/A, BEP S/A e BB S/A.

A consistência da programação básica foi testada com uma pesquisa cuja abrangência amostral atingiu 100 pequenos estabelecimentos não agrícolas.

As atividades por instrumento de ação podem ser descritas na forma sintética, do seguinte modo:

(a) A Assistência Técnica mediante uma coordenação à nível de

João Pessoa, na sede do CEAG/PB e com um escritório regional em Areia, com um (1) coordenador e quatro (4) assistentes técnicos, de nível superior e preparados especificamente para este tipo de atividade.

. O desempenho desse pessoal envolverá assistência técnica propriamente dita, orientação de crédito e treinamento empresarial, além de outras atividades que lhes são inerentes, servindo também como identificadores das necessidades empresariais, encaminhando-as as unidades pertinentes. Ao mesmo tempo, serão desenvolvidos estudos de viabilidade de uma estrutura industrial de maior porte, presumivelmente cooperativada para apoio direto a produção agrícola incrementada com o Projeto.

. O grupo-meta é constituído por todos os pequenos negócios existentes ou que venham a surgir, que apresentem viabilidade sócio-econômica e empresários em potencial.

(b) A Unidade de Pesquisa e Demonstração, com a implantação de uma Unidade no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros no município de Bananeiras com 600 m² os quais abrigarão aproximadamente 10 sub-unidades específicas, nas quais se desenvolverão pesquisas para a descoberta de processos para transformação e beneficiamento de produtos agro-pecuários, assim como o aperfeiçoamento dos processos existentes. Após a identificação dos processos ou pacotes tecnológicos, adaptáveis a pequenos empreendimentos, será demonstrado ao público interessado mediante uma programação conjunta com a equipe de Assistência Técnica.

. A Unidade funcionará com 3 técnicos de nível superior, sendo indispensável que no mínimo (1) um seja engenheiro de alimentos ou químico com especialidade nesta área. Compormá também a equipe (6) seis auxiliares técnicos e administrativos de nível médio e cerca de 15 operadores e bolsistas.

. O grupo-meta será uma parte dos pequenos negócios do ramo existentes ou que venham a ser criados, assim, como, pessoas interessadas.

(c) O Treinamento - O esquema proposto de treinamento, constitui a atuação de Unidade Móveis do SENAI e SENAC utilizando como sede duas salas no Artesanato D. Adauto no município de Areia, o qual para isto receberá um montante de recursos do programa para melhorar sua estrutura física e material, com a finalidade de melhor desenvolver sua estrutura de treinamento.

O SENAI e SENAC estruturaram uma programação básica de cursos porém se comprometeram a substituí-los quando necessário para maior ajustamento a realidade que venha a surgir, sem onus adicionais à Programação proposta.

. O grupo-meta será pessoas acima de 15 anos que possuam instrução acima da 4ª série do 1º grau (dependendo do curso) e que trabalham no ramo referente ao treinamento desejado ou que nele pretendam e tenham possibilidades para o exercício de profissão.

(d) Crédito - Será operacionalizado pelos Bancos do Estado da Paraíba S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A, e Banco do Brasil S/A.

Os beneficiários componentes do grupo-meta se identificam com a assistência técnica, uma vez que o mecanismo de operacionalização é o crédito orientado.

CUSTOS

A preços de 1977, o custo global, incluindo a participação financeira das instituições envolvidas é cerca de Cr\$ 62 milhões.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

AVALIAÇÃO DA PEQUENA EMPRESA NÃO AGRÍCOLA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
RURAL INTEGRADO DO BREJO PARAIBANO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
"INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS"

QUESTIONÁRIO Nº _____
MUNICÍPIO: _____ S. ATIVIDADE: _____
ENTREVISTADOR: _____
DATA: _____

01. FIRMA OU RAZÃO SOCIAL: _____
02. NOME DO ESTABELECIMENTO: _____
03. ENDEREÇO: _____ RESIDÊNCIA: SIM NÃO
04. NOME DO PROPRIETÁRIO: _____
05. SÓCIOS: _____
06. TIPO DE NEGÓCIO: _____
07. PRINCIPAIS PRODUTOS / SERVIÇOS: _____
08. DATA DO INÍCIO DAS ATIVIDADES: _____
09. EXPERIÊNCIA ANTERIOR: _____
10. DATA DA 1ª ASSISTÊNCIA: _____

11. TIPOS DE ASSISTÊNCIA (DATA): ASSIST. TEC. EMPRESARIAL _____
 CRÉDITO ORIENTADO _____
 TREINAMENTO DE M. O. _____
 DEMONSTRAÇÃO DE TECNOLOGIA _____

OBS: _____

12. CRÉDITO CONCEDIDO

Tipo	Data da Solicit. no Ceag	Data Solicit no Banco	Valor Bruto Solicit.	Data da Liberação	Valor Liq. Recebido	Nº de Parcelas	Prazo de Reembolso
Implantação							
Capital Giro							
Modernização							

OBS: _____

13. SALDO DEVEDOR ATUAL: _____

14. EM CASO DE ATRASO: Nº DE PARCELAS _____

MOTIVO: FALTA DE AVISO

FALTA DE CONDIÇÕES

OUTROS MOTIVOS

OBS: _____

15. BENEFÍCIOS DO(S) EMPRÉSTIMO(S): _____

16. PROBLEMAS COM(S) EMPRÉSTIMO(S): _____

17. DESTINO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS / SERVIÇOS: _____

18. ORIGEM DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS-PRIMAS/MERCADORIAS: _____

19. ATUAL NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES: _____ %

20. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Ítems	Antes da Assistência 19__			Atual		
	Quantidade	Valor	Débito	Quantidade	Valor	Débito
Imóveis						
Mãq./Equipamentos						
Móv./Utensílios						
Veículos						
Dep. Bancaria						

OBS: _____

21. RESULTADOS DA EMPRESA

Situação	Ano	Faturamento Mensal Médio	Gasto de Matéria Prima Mensal Médio	Gasto C/M.O. Mensal Médio	Outros Gastos Mensal Médio
Antes da Assistência					
Atual					

OBS: _____

22. CONHECIMENTO DO LUCRO SIM NÃO

CASO POSITIVO: ANTES DA ASSISTÊNCIA 19__ : Cr\$ _____

ATUAL 19__ : Cr\$ _____

23. PESSOAL OCUPADO (MÉDIA ANUAL)

Especificação		Quantidade	Idades	Grau de Instrução	Salário Médio Mensal
TOTAL	Anterior 19__				
	Atual 19__				
FAMILIARES	Anterior				
	Atual				
EMPREGADOS	Anterior				
	Atual				
REGISTRADOS	Anterior				
	Atual				

i - iletrado / p - primário / s - secundário / u - universitário

OBS: _____

24. INFORMAÇÕES SOBRE O PROPRIETÁRIO:

NATURALIDADE: _____

TEMPO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

ESTADO CIVIL: _____

Nº DE FILHOS: _____

POSSUI CPF: SIM NÃO

OCUPAÇÃO: ANTERIOR: _____ RENDA MENSAL MÉDIA: Cr\$ _____ 19__

PARALELA: _____ RENDA MENSAL MÉDIA: Cr\$ _____ 19__

RENDA FAMILIAR: _____

25. IMPOSTOS PAGOS PELA EMPRESA (TIPOS): _____

26. TREINAMENTOS ASSISTIDOS PELO PROPRIETÁRIO E/OU EMPREGADOS

Participante	Ano	Tipo de Treinamento	Órgão	Local	Duração

OBS: _____

27. PRINCIPAIS PROBLEMAS DA EMPRESA: MÃO-DE-OBRA
 MATÉRIA-PRIMA
 MERCADO
 ASSISTÊNCIA T^ÉC. GERENCIAL
 FINANCEIRO

OBS: _____

28. SUA OPINIÃO SOBRE O POLONORDESTE E OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA T^ÉCNI
 CA, CRÉDITO, TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA E UNIDADE DE PESQUISA E DE
 MONSTRAÇÃO. _____

29. SUAS PROPOSTAS: _____

30. POLÍTICA DA EMPRESA COM RELAÇÃO AO FUTURO:

() Expansão _____

() Mudar de ramo _____

() Mudar de ponto _____

() Aperfeiçoamento da organização _____

() Não interessa crescer _____

() Outros _____

APÊNCIDE D

FATORES DE CONVERSÃO

TABELA D1 - Índice Geral de Preços - Conceito de Disponibilidade Interna - Fatores de Conversão^{1/} 1977 - 1982.

Anos	Índice Geral de Preços (Média Anual) Base: 1977 = 100	Fatores de Conversão					
		1977	1978	1979	1980	1981	1982
1977	100,0	1,000	1,387	2,135	4,275	8,973	17,571
1978	138,7	0,721	1,000	1,539	3,082	6,469	12,668
1979	213,5	0,468	0,650	1,000	2,002	4,203	8,230
1980	427,5	0,234	0,324	0,499	1,000	2,099	4,110
1981	897,3	0,111	0,155	0,238	0,476	1,000	1,958
1982	1.757,1 (*)						1,000

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Fundação Getúlio Vargas

1/ Fatores para converter séries de valores, de cruzeiro correntes para cruzeiros constantes e de períodos fixados, calculados de acordo com dados da coluna 2, dos índices econômicos, publicados pela revista "Conjuntura Econômica" em seus vol. nº 26, nov. 1972 (Separata), nº 33, nov. 1979 (Suplemento Espacial) e nº 36, fev. 1982, da F.G.V. Os fatores são obtidos através da razão X/X_i , onde X_i é o Índice Geral de Preços de um ano qualquer que se deseja colocar a preços constantes de um outro, identificado por X e seu respectivo Índice Geral de Preços.

(*) Estimado

APÊNDICE E

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

BB	- Banco do Brasil S.A.
BEP - posteriormente PARAIBAN	- Banco do Estado da Paraíba S.A.
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
CEBRAE	- Centro Brasileiro de Assistência às Pequenas e Médias Empresas
CEPA-PB	- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Paraíba
MVR	- Maior Valor de Referências
NAI-PB-posteriormente CEAG/PB	- Núcleo de Assistência Industrial da Paraíba
	- Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa da Paraíba
PDRI	- Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado
PENA	- Pequenas Empresas Não Agrícolas
POLONORDESTE	- Programas de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba.

APÊNDICE F

COMPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

TABELA F1 - Composição média por empresa, do patrimônio das pequenas empresas assistidas pelo PDRI - Brejo Paraibano, nos períodos considerados, segundo os setores de atividade e para o total:

Especificação	Setores de Atividade						Total	
	Comércio		Indústria		Serviços			
	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁	t ₀	t ₁		
Imóveis	577,4	687,1	1.536,5	2.697,2	1.158,3	1.495,9	920,0	1.348,2
Máquinas e Equipamentos	20,4	44,9	878,1	1.253,7	71,2	236,2	260,0	400,3
Móveis e Utensílios	137,0	140,7	328,1	390,5	202,7	436,5	198,4	253,6
Veículos	55,3	123,1	252,1	597,4	-	31,0	100,9	238,7
Depósitos Bancários	0,6	36,3	37,2	43,2	-	-	10,5	27,1
Estoques	1.208,0	1.509,8	416,3	195,1	111,3	134,9	829,0	943,6
TOTAL	1.998,7	2.541,0	3.448,3	5.177,1	1.543,5	2.334,5	2.318,8	3.211,5

FONTE: Dados da Pesquisa

